

**UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA
MESTRADO EM PSICOLOGIA**

ADRIANE HENDERSON DE MATOS

CIDADE OLÍMPICA, CUIDADO E POLÍCIA: narrativas de um CAPS AD

**NITERÓI
Fevereiro de 2017**

ADRIANE HENDERSON DE MATOS

CIDADE OLÍMPICA, CUIDADO E POLÍCIA: narrativas de um CAPS AD.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, na área de concentração Subjetividade, Política e Exclusão Social.

Orientador: Prof. Dr. Luis Antônio dos Santos Baptista

NITERÓI

Fevereiro de 2017

Ficha Catalográfica elaborada pela Biblioteca Central do Gragoatá

M433 [Matos, Adriane Henderson de.](#)

Cidade olímpica, cuidado e polícia: narrativas de um CAPS AD /
Adriane Henderson de Matos. – 2017.
85 f.

Orientador: Luis Antonio dos Santos Baptista.
Dissertação (Mestrado acadêmico em Psicologia) –
Universidade Federal Fluminense, Instituto de Psicologia, Pós-
graduação em Psicologia, 2017.
Bibliografia: f. 82-85.

1. Olimpíadas. 2. Rio de Janeiro, RJ. 3. Saúde mental. 4.
Segurança pública. I. Baptista, Luis Antonio dos Santos. II

CIDADE OLÍMPICA, CUIDADO E POLÍCIA: narrativas de um CAPS AD

Dissertação apresentada por Adriane Henderson de Matos ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Instituto de Psicologia da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Psicologia, na área de Concentração Subjetividade, Política e Exclusão social

Banca examinadora:

Prof. Dr. Luis Antônio Baptista – Orientador

Prof. Dr. Danichi Hausen Mizoguchi- UFF

Profa. Dr^a Maria Paula Cerqueira Gomes- UFRJ

Sempre à velha Mercedes
(In memoriam)

AGRADECIMENTOS

Desta vez me rendo à covardia e me furto a nomear
Os tantos e tantas que vêm escrevendo
Comigo,
Em parceira,
Há tantos anos, muitos anos mesmo antes,
Numa diversidade de encontro, de tempos e lugares, lindos.
Se te vem sorriso lendo, recebe meu abraço.
Certas coisas, porém, devem ser pronunciadas.
Ao meu pai e minha mãe, Andrea e Adriano, minha
Maior e mais honesta gratidão.
A Luís Antônio Baptista por ter topado e me levado consigo
no meio do caminho, por toda inspiração.
À Silvia Tedesco que primeiro me recebeu.
À Coordenação, professores e colegas de turma
do Programa de Pós- Graduação em Psicologia da UFF.
À Rita, dona do mapa do caminho das pedras.
À Paula e Danichi, não só pela presença na banca,
Mas por todo “*help*” em meio ao processo.

“A cidade. Vista do alto
ela é fabril e imaginária, se entrega inteira
como se estivesse pronta.
Vista do alto,
com seus bairros e ruas e avenidas, a cidade
é o refúgio do homem, pertence a todos e a ninguém.
Mas vista
de perto,
revela o seu túrbido presente, sua
carnadura de pânico: as
pessoas que vão e vêm
que entram e saem, que passam
sem rir, sem falar, entre apitos e gases. Ah, o escuro
sangue urbano
movido a juros.”

(Ferreira Gullar)

RESUMO

A partir da experiência de trabalho da autora em equipamento de saúde mental, esta pesquisa traz narrativas acerca do cotidiano de duas ou três ruas da cidade do Rio de Janeiro. Narrativas que produzem imagens de cidade que se chocam com as imagens sacralizadas no cartão-postal. Tem por objetivo verificar de que modo esse cotidiano pode interrogar e expor os paradoxos do projeto de cidade então vigente: “Rio: cidade olímpica”. Compreendendo-se a complexidade e abrangência do tema, elegeu-se dois eixos norteadores desta pesquisa, são eles: o cuidado e a segurança.

Palavras- Chaves: Cidade Olímpica. Saúde Mental. Cuidado. Segurança.

ABSTRACT

Based on the author's work experience in mental health service, this research brings daily narratives from three streets of the city of Rio de Janeiro. Narratives that produce images of the city that collide with the mythical images on the postcard. Its purpose is to verify how this daily life can interrogate and expose the paradoxes of the city's current project "Rio: an Olympic city". Understanding the complexity and magnitude of the theme, two main points were chosen as focus: care and safety.

Keywords: Olympic city. Mental health. Care. Safety.

SUMÁRIO

I. Notas introdutórias	10
Chegar ao nome da cidade-imagem-cidade-acontecimento	10
Escolhas Metodológicas	17
(Re) conhecer o território	21
II. Cidade Olímpica: o novo rio, rugas e reminiscências	28
A cidade dos megaeventos: capital do capital	28
Segmentos de Cidade	33
A cidade dos Temidos	38
III. A rua como índice de regeneração da cidade	41
A reforma de Pereira Passos e as promessas de civilização	41
Práticas de Cuidado e controle à luz da medicina social	49
Práticas de Cuidado e controle à luz da biopolítica	52
IV. Índícios e outros rastros da Rua dos Regenerados: a polícia, o hospício e a cidade	59
Polícia e controle: cuidado e mecanismos de controle na cidade	59
Hospício e cidade: tracejes entre o cuidado e o controle	70
Considerações finais	78
Referências bibliográficas	82

Notas Introdutórias

Chegar ao nome da cidade¹- imagem- cidade acontecimento.

Até encontrar com certas condições de possibilidade para ouvir os seus berros², a Rua dos Regenerados³ era mais uma rua qualquer no mapa oficial da cidade do Rio de Janeiro. Era rua de se atravessar quando naquele bairro ia de visita à casa de uma amiga querida. Desde então, na vizinhança, já corriam ruídos de que por ali havia de se ter cuidado, nunca andar no escurecer do dia, se mulher nunca andar por ali sozinha. Havia perigos. Era a Zona Norte da cidade. Se por um lado esse pedaço de cidade sempre lhe chegara em avisos de perigo, por outro lado fazia-lhe sopro na memória das ruas por onde andara na periferia de Belém, cidade natal, de onde imaginava a cidade em que agora morava. Imaginava-a reproduzindo imagens imaculadas, forjadas no cartão-postal, onde não caberia lembrar-se da cidade de onde vinha.

Pedaços de cidade foram a primeira novidade. Uma cidade partida em zonas. Quando de sua chegada, a Zona Sul encarregou-se de lhe oferecer, como tradução de cidade, as paisagens mitificadas nas imagens exauridas pelas cenas de novela. Por essas ruas, enquanto andava, deixava-se fascinar pelas calçadas desenhadas em pedras portuguesas, pelos picos enfeitando o horizonte, o mar e os corpos

¹Referência à música “O nome da cidade”. VELOSO, Caetano. **O nome da cidade**. In: Bethânia, Maria. A beira e o mar. Rio de Janeiro: Philips/Polygram, 1984. CD. Faixa 7.

² O berro, para Luiz Antônio Baptista (2016), inspirado por Didi Huberman, diz respeito às interrogações que elementos históricos impõem às imagens do contemporâneo de um modo que subvertem a linearidade do tempo e a conclusividade dos fatos. Num dia de tempestade no campo de concentração de Auschwitz objetos advêm sobre o solo. Para Baptista (2016) estes objetos trazem à tona rastros de um passado que nos parâmetros da história oficial estaria definitivamente concluído, miticamente superado. No entanto, questiona-se, que rastros, que impasses do cotidiano do horror dos campos de concentração nazistas esses objetos ainda gritam, fazendo hesitar a memória de um passado, que como pretende a tradição histórica, está definitivamente concluído? Irrompendo fora de seu tempo o que estes objetos podem nos dizer agora? O que berram? Fazer o uso desta mesma imagem para a Rua dos Regenerados relaciona-se com a escolha metodológica de fazer uma abordagem histórica para apontar de que modo a história berra nos impasses levantados a partir das narrativas tecidas no cotidiano da inserção de equipamento de saúde nesta rua.

³ Rua dos Regenerados é um nome fictício usado para designar as ruas ao redor do prédio onde fica localizada a unidade de saúde que será citada ao longo do texto. Toda vez que se refere a ela pode-se estar remetendo-se a umas das ruas localizadas em volta do serviço. Utilizar o termo Rua dos Regenerados é uma provocação a partir dos processos de urbanização da urbe que se dão sob o imperativo de regenerá-la.

seminus enfeitando as praias. Imagens que, de tão vistas através de outras lentes além da própria retina, olhando pela primeira vez parecia que lembrava. Sonhava com isso, que enfim havia chegado à cidade a qual se lançara. A cidade que vista do alto esvazia seus paradoxos, mostra-se indiferente às suas rugas e sombras, às disputas nos becos, nas ruas, encruzilhadas, os rastros do cotidiano, suas marcas e vestígios, os sonhos e desejos anônimos que fazem pulsar a urbe. “Cidade espetáculo. Jovem e eterna, a urbe brilha vista do alto. (...) No chão a cidade lateja.” (BAPTISTA, 2016, p. 39)

Ao visitar a amiga querida, aquele outro pedaço de cidade insistia em lhe retomar Belém, fazendo emergir um tipo de memória que não tem sua integridade resguardada no passado a ser meticulosamente remontado no agora, mas que é justamente pelos sustos do agora, ao acolher os acasos e urgências de acontecimentos inesperados, que monta, edita, interrompe e remonta a continuidade de uma narrativa que se quer tecer sempre em direção ao futuro (BAPTISTA, 2016). É esta experiência de memória, capaz de fazer borrar a cidade estéril do cartão-postal, que a fizera questionar uma apreensão total da cidade sob a alcunha de Rio de Janeiro. Anos depois, ao retornar àquela rua como trabalhadora do campo da saúde mental e a partir dos acontecimentos no cotidiano da instituição, este questionamento assume outra qualidade. Já não parte da tentativa de tomar a cidade como totalidade, juntar seus pedaços para perseguir alguma conclusividade, um arremate de uma história tão imaculada quanto o cartão-postal.

Chega-se a cidade como quem segue o destino do navegador, que ao se lançar em busca do canto das sereias, pretende não desvendar a sua natureza ou compreender a exatidão de seu objetivo, mas percorrer a distância a que era convocado pelo soar do canto enigmático. Blanchot (2005) considera que a preciosidade do canto das sereias é justo sua “promessa enigmática” que provoca os navegadores e os instiga a se atirarem ao mar em busca de seu som impreciso. Canto este que, quanto mais pensam que dele se aproximam os navegadores, é onde mais se modifica ou desaparece. Deste modo o próprio canto constitui-se como movimento no imperativo da navegação, como distância a ser percorrida de um ponto de partida sem ponto de chegada. Assim como o canto da sereia, a imagem de cidade asséptica do cartão-postal lança a estrangeira numa navegação em busca de sua representação como cidade real, o canto perfeito. No entanto, quanto mais caminha pela cidade, mais estas imagens desaparecem, não no

sentido de deixarem de existir, mas desaparecem em sua pureza imaginada nas máquinas produtoras da mídia a medida que são recortadas, remontadas, editadas por outras narrativas. O que temos a aprender com Ulisses, que ouve o canto das sereias enquanto escapa de suas artimanhas?

Anos depois de seu primeiro Janeiro de Rio ainda surpreendia-se ao supor que chegara ao nome da cidade mas nunca à cidade mesma¹. E foi seu flunar pela Zona Norte, onde ia apenas de visita, que lhe interrogou irremediavelmente: a cidade mesma? Que seria? Onde estaria? Sustenta-se o perigo da pergunta. A cidade ia apresentando-se como fios que desfiavam de uma tessitura muito bem tramada e apenas mais ou menos fixa, da qual não se pode supor nem onde começa nem onde termina, ainda que tentássemos reduzi-la aos seus limites geográficos.

Na Zona Norte algo lhe retomava a cidade natal: as ruas, o clima, casas insinuando quintais, as calçadas irregulares, os modos das gentes de caminhar pelas ruas. Isto tudo lhe parecia familiar, um jeito de cidade que finalmente reconhecia, embora não fosse a sua. Causava-lhe uma estranha sensação de corte e ruptura, ao mesmo tempo em que a conectava com aquele lugar. Nem era a cidade de sua imaginação, nem imagens agora coladas à retina, nem as reminiscências de seu bairro que podiam apaziguar o ímpeto pelo desejo de apreender e, por fim, definir a cidade mesma. Tudo isto se chocava em seu corpo com os cheiros, texturas, sons, imagens e memórias, produzindo estranhamentos. Os estranhamentos produzidos no corpo que experimenta a cidade colocam em ruínas aquela imagem de cidade que nada conta ou revela das rugas produzidas no mais ínfimo dos embates cotidianos. Então onde saber cidade? O filósofo francês Foucault (1992) nos dá, inicialmente, algumas ferramentas para tecer formulações. Sigamos suas pistas.

Se a cidade emerge no corpo esta não pode ser traduzida pelo seu nome, que apenas marca o acontecimento em critérios linguísticos. Deste modo chega-se ao nome da cidade como marca, porém, a cidade mesma, a qual nunca se chega, é a cidade-acontecimento, emergindo a cada vez no corpo-superfície, este que longe de ser a última instância de individuação ou unidade substancial de expressão do eu, diz respeito ao sistema nervoso, ao clima, ao humor, ao aparelho digestivo, ao solo. O corpo-superfície dissipa ao invés de portar o Eu etéreo, instância psíquica internalizada, o lugar do erro, dos desejos, de memórias. Possui história e porta seus signos, resistências, capturas, campo de disputa de forças de naturezas

diversas em que se compõe (FOUCAULT, 1992). Neste corpo-superfície o esforço em direção a construir uma ideia de cidade que já está antes da experimentação no próprio corpo se dissolve, isto é, toda tentativa de identificar a experiência na cidade com as imagens anteriores dela ou de aproximar esta experiência de cidade com a cidade natal são frustradas. O corpo arruína a cidade ao mesmo tempo em que é arruinado por ela. Porém, isto não é tudo uma devastação, isto é a tensão, o jogo de forças a partir do qual cidades (o plural para a mesma) irrompem, entram em cena e se tecem. A cidade é acontecimento.

Para Foucault (1992) o acontecimento é aquilo que se dá num sentido oposto ao da verdade como coisa em si a ser revelada, desvendada ou descoberta através da pesquisa minuciosa de seus rastros. O acontecimento é uma forma singular de produção de verdade, verdade esta que não pode ser representada, mas que é suscitada e se estabelece inscrevendo-se a partir de um conjunto de regras, cálculos, jogos de forças, encontros, bloqueios, estratégias, procedimentos e articulações - orquestrados ritualmente e que possibilitam a produção do acontecimento cidade.

“Se existe uma geografia da verdade, esta é a dos espaços onde reside, e não simplesmente a dos lugares onde nos colocamos para melhor observá-la. Sua cronologia é a das conjunções que lhe permitem se produzir como um acontecimento, e não a dos momentos que devem ser aproveitados para percebê-la, como por entre duas nuvens.” (FOUCAULT, 1992, p. 113)

Enquanto acontecimento a cidade não corresponde a uma tradução da realidade como se, por fim, se revelasse diante do desembarque em solo carioca. Então, inspirados por outro filósofo francês, abdicaremos aqui da ideia de cidade mesma, como proferiu o poeta da canção¹, enquanto cidade real, aquela que existe em si mesma e guarda uma essência a ser desvelada e sobre a qual é possível saber a verdade irreduzível. Na contramão disso tomamos a cidade-acontecimento, compreendida como “um devir em que o antes e o depois brotam ao mesmo tempo, ao longo de uma cesura que o pensamento não pode reduzir” (ZOURABICHVILI, 2016, p.33). Contudo há de se ter cuidado para não tomá-la como mera síntese entre uma (imaginada) e outra (vivida). Sigamos algumas pistas do pensamento de Deleuze e por isso tomemos, primeiramente, a prudência de não entender o acontecimento como um conceito, vamos tomá-lo como um problema filosófico, operador do pensamento, no sentido de provocá-lo. Por conseguinte,

lembramos que o acontecimento não é vivido pelo sujeito transcendente (Eu), mas que se agencia no corpo e no encontro com outros corpos. Por último saibamos que o acontecimento não pertence e não pode ser explicado pela história, no entanto, através dela colhemos seus rastros, marcações, pegadas (ZOURABICHVILI, 2016).

Um dos modos de tomar o acontecimento é passar ao longo dele recolhendo sua efetuação em estado de coisas ou no vivido. É isto o que a história capta (e conta) do acontecimento: a tendência a explicar suas condições e determinações históricas em que tanto recai quanto delas escapa. A história nomeia a efetuação do acontecimento para inscrevê-lo no código linguístico, porém não o traduz nem o apreende enquanto singularidade. É deste modo que se chega ao nome da cidade, substantivo próprio adjetivado: Rio de Janeiro, a cidade maravilhosa. O acontecimento é da ordem do devir, assim furta-se ao presente por não suportar uma temporalidade que coloca em lugares fixo um antes de chegar e depois de chegar a cidade para com isso qualificá-la: esta é melhor que aquela! Trata-se antes de uma cidade que irrompe entre os tempos presente e passado. Da cidade interessa-nos não as constantes históricas, mas as rupturas que fazem surgir as singularidades (DELEUZE, 1974; FOUCAULT, 2006).

Tomar a cidade como acontecimento implica botar em análise os processos múltiplos que a constituem, de modo que se enfraqueçam as relações causais para tomar o acontecimento como processo rizomático. Dizemos processo rizomático tomando como referência Deleuze e Guattari (1995), que propõem uma recusa ao sistema de pensamento arborescente, que identifica uma origem, unidade de totalização, que desencadeia processos lineares de saber. Em contrapartida, propõem um sistema rizomático em que não é possível se tomar uma única raiz como ponto de partida do processo. O rizoma, imagem emprestada da botânica, é uma forma diversa. A extensão de sua superfície se ramifica em todos os sentidos, realizando conexões de modo que qualquer ponto do rizoma pode ser conectado a outro, subvertendo a ordem da estrutura arborescente. Um rizoma pode ser rompido em qualquer parte e restabelecer daí novas conexões, formando novas linhas, afirmando sua dimensão de multiplicidade a partir de agenciamentos infinitos de suas linhas/prolongamentos.

Tomando a cidade-acontecimento enquanto processo rizomático assumimos a cidade como superfície, uma trama da qual capturamos apenas formas temporárias das quais é possível apenas deflagrar determinado arranjo inscrito

historicamente num tempo e num espaço em que se dão as conexões entre as linhas de forças, sem que possamos nomear seu início e seu fim.

Já Foucault (2006), inspirado pela geometria, desenha o acontecimento como um “poliedro de inteligibilidade” cuja forma nunca se conclui, pois o arranjo de suas facetas não pode ser previamente definido. Tais arranjos não se orquestram por alguma forma intrínseca, caracterizam-se pelo polimorfismo de seus elementos postos em relação com todos os seus sistemas de referências (técnicas de produção de saber, poder e verdade), de modo que este “por em relação” significa analisar as práticas a partir das condições de possibilidade para a produção de verdade em determinado tempo histórico. Além de utilizar-se da imagem da forma geométrica, Foucault (2006) adjetiva o acontecimento como um “poliedro de inteligibilidade” porque propõe que, ao invés de tomá-lo em análise para decantar as determinações causais de sua forma, deve-se proceder por saturação progressiva em que, quanto mais se analisa o poliedro a partir de seu interior, mais se estabelece relações de inteligibilidade externas.

Partindo dessas duas perspectivas assinalamos a cidade como acontecimento. Se havemos de realizar ao longo desse texto determinadas abordagens históricas da cidade do Rio de Janeiro, não pretendemos com isso fazer, a partir delas, uma escavação do passado para encontrar nele fatos que, de tão cronológica e linearmente justapostos, poderiam remontar a origem e ao princípio dos acontecimentos de agora. Ao “acontecimentalizar” a cidade retomamos os acontecimentos históricos não para buscar no passado respostas que possam explicar o presente como mera consequência de uma sequência de fatos remotos, mas para ouvir justamente de que modo se produzem as rupturas e descontinuidades precisamente no ponto em que seríamos induzidos a supor uma constante histórica, uma evidência ou uma tendência. Rupturas que produzem vazios de onde emergem outras histórias que, ao pluralizar a história oficial, fazem emergir a singularidade do acontecimento. Para Foucault (2006, p. 339) “‘acontecimentalizar’ consiste em reencontrar as conexões, os encontros, os apoios, os bloqueios, os jogos de força, as estratégias etc.”.

Exposto isso, persiste a pergunta: mas por que a história? Para Walter Benjamin (1987), fazer uma articulação histórica do passado não significa fazer nele uma incursão para conhecê-lo de fato como foi, mas sim “apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo” (p.224) O

momento do perigo é justamente aquele a que aludiu Foucault (2006) quando apontou para a importância de encontrar rupturas ali onde inclina-se para determinar o curso hegemônico da história.

Para fazer a história lampejar é necessário implodir a ideia de que a história guarda um passado definitivamente concluído, indiferente aos apelos e espantos produzidos no corpo de agora, um passado ultrapassado e superado que não estabelece com o presente nenhuma relação se não o de ser lembrado sem hesitações. Se fazemos aqui certas abordagens históricas da cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro é no intuito de pensar de que modo a história - tanto da cidade como do corpo da autora - pode interpelar o presente e pode fazer provocações nas narrativas de cidade que caminham na ordem do progresso, sempre em direção a um futuro pretendo a superar o passado (BAPTISTA, 2016). Não trata-se, no entanto, da busca pela novidade, daquilo que na qualidade de novo torna o passado obsoleto, mas pensar o acontecimento singular como força capaz de produzir estranhamentos (RODRIGUES e BAPTISTA, 2010). Para Zourabichvili (2016), explicitando as ideias de Deleuze, o acontecimento pode ser atestado pela produção de categorias singulares e pela emergência de uma relação inédita e problemática. Diante disso, sustenta-se a pergunta: de que modo a história interpela o contemporâneo?

Em “Cidades Invisíveis”, de Ítalo Calvino, o personagem Marco Polo narra ao imperador Kublai Khan suas viagens pelas cidades sob o domínio de seu império. Através das narrativas de Marco Polo, o imperador pensa conhecer as cidades que domina. Em uma dentre tantas histórias, conhecemos a cidade de Zoé:

“Quem viaja sem saber o que esperar da cidade que encontrará ao final do caminho, pergunta-se como será o palácio real, a caserna, o moinho, o teatro, o bazar. Em cada cidade do império, os edifícios são diferentes e dispostos de maneiras diversas; mas assim que o estrangeiro chega à cidade desconhecida lança o olhar em meio às cúpulas de pagode e claraboias e celeiros, seguindo o traçado de canais, hortos, depósitos de lixo, logo distingue quais são os palácios dos príncipes, quais são os templos dos sacerdotes, a taberna, a prisão, a zona. Assim- dizem alguns- confirma-se a hipótese de que cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares. Não é o que acontece em Zoé. Em todos os pontos da cidade, alternadamente, pode-se dormir, fabricar ferramentas, cozinhar, acumular moedas de ouro, despir-se, reinar, vender, consultar oráculos. Qualquer teto de pirâmide pode abrigar tanto o lazarento dos leprosos quanto as termas das odaliscas. O viajante anda de um lado para o outro e enche-se de dúvidas: incapaz de distinguir os pontos que ele conserva distintos na mente se confundem.” (CLAVINO, 2003, p. 36)

Como a cidade de Zoé, a cidade-acontecimento não está em sua totalidade assinalada pelos traçados arquitetônicos de seus prédios, ruas e bairros, tampouco pode ser traduzida por suas imagens. A cidade-acontecimento está nos múltiplos e infinitos modos de construir e habitar, andar e estar, saber e dizer a cidade através da experimentação que se dá no corpo-superfície. É deste modo que a ideia de cidade construída anterior a chegada (suscitada por outros acontecimentos) é destruída sem que suas ruínas desapareçam. Estas ruínas compõem o corpo que experimenta a cidade, corpo suscetível à maresia, ao calor, aos buracos na calçada, ao samba, ao sacolejo do trem, às mudanças na paisagem e às mudanças climáticas. Por isso também é o corpo arruinado pela cidade. Marco Polo, o personagem de Ítalo Calvino, acreditava que só podia compreender bem as cidades de que havia partido ao se perder pelos bairros de uma nova cidade, quanto mais se perdia em cidades desconhecidas melhor pensava conhecer os lugares familiares de sua infância e juventude em Veneza. É por esta cidade, que irrompe no encontro, que se interessa esta dissertação.

Escolhas metodológicas

O objetivo desta dissertação é verificar de que modo os acontecimentos do cotidiano de um equipamento de saúde mental expõem os paradoxos de uma cidade olímpica. De que modo as narrativas desse cotidiano podem evidenciar as tensões micropolíticas no interior da urbe? Sabendo-se que a cidade se tece a partir de uma rede complexa de conexões rizomáticas, elegeu-se dois eixos a partir dos quais se interpela o projeto de cidade, são eles: o cuidado e a segurança. As narrativas apresentadas ao longo desta dissertação apoiam-se na experiência de trabalho da autora em equipamento municipal de saúde mental da cidade do Rio de Janeiro no período entre abril de 2014 e outubro de 2015, de modo que a compreensão acerca da experiência e da narrativa apoia-se em autores como Walter Benjamin, Maurice Blanchot e Jorge La Rosa Bondía.

Para Benjamin (1987) a narrativa é uma herança da tradição oral que possibilita transmitir a experiência de pessoa para pessoa. A experiência transmitida pelo narrador não diz respeito às suas sutilezas psicológicas, inclinações, escolhas ou preferências, mas ao acúmulo de conhecimento adquirido pelas gerações. O narrador encarna a possibilidade de intercambiar experiências que dizem respeito

não só ao que viveu, mas àquilo que ouviu. “O narrador retira da experiência o que ele conta: sua própria experiência ou a relatada pelos outros. E incorpora as coisas narradas à experiência de seus ouvintes” (BENJAMIN,1987, p. 201). Benjamin considera que, embora nas coisas narradas hajam vestígios daquele que narra tanto na qualidade de quem viveu como de quem relata, a narrativa “mergulha a coisa na vida do narrador para em seguida retirá-la dele”. Isto porque, para Benjamin, uma das principais características da narrativa é possuir um caráter utilitário, fazendo inferências ou sugestões de como dar continuidade para outras narrativas.

As narrativas do cotidiano do trabalho em equipamento de saúde remontam a imagens de cidade. Blanchot *apud* Mizoguchi (2016) considera que o cotidiano é o que há de mais difícil de descobrir, tecido que porta o dia após dia, a infinidade de acontecimentos, não se deixa apreender ou capturar, não tem sujeito; o cotidiano escapa, é fugidio. Porque escapa e segue em seu curso incessante também não pode ser totalmente submetido às forças hegemônicas. Narrar o cotidiano aqui, é como produzir fotografias, imagens que fazem estremecer outras: as do Rio Cidade Olímpica, “melhor e mais bonita para todos”. Nas narrativas da autora as imagens produzidas por um cotidiano ordinário provocam as imagens da propaganda, questionam a sua pureza, sua retidão. “No cotidiano, portanto, há de se ver e dar às tintas a microscopia dos acontecimentos que não se cansam de fabricar um mundo em um mapa sempre abertos e inacabados” (MIZOGUCHI, 2016, p. 50). Que aberturas as imagens do cotidiano de um equipamento de saúde mental podem provocar naquelas reproduzidas pelas telas e lentes da grande mídia?

A produção de narrativas é o material de análise desta pesquisa através das quais pretende-se refletir acerca do projeto de cidade. Tais narrativas não são resultantes de confissões individuais da autora, baseadas em um diário pessoal. De outro modo, a escolha por tecer narrativas diz respeito ao desejo de através delas deixar falar uma miríade de vozes. São trechos de atendimentos, conversas no corredor, nas ruas, reuniões de equipe, conversas com os colegas na hora do café, no pátio, na mesa do bar. Todas essas vozes compõem as narrativas que serão aqui apresentadas e que resultam de um exercício de memória. De modo que tomamos o exercício de memória, como já dissemos antes, não como um lembrar-se sem hesitações, mas uma memória que põe em movimento a continuidade de uma narrativa, fazendo montagens, edições, combinações, rupturas (BAPTISTA, 2016). As narrativas não assumem compromisso com um tempo cronológico

marcado pelo calendário, ao contrário, rasgam este tecido para reunir fragmentos, pedaços, juntar dados do mundo real e imaginário. Visto que se apoia na experiência, a narrativa brinca com o tempo, fazendo-o avançar, retroceder, sobrepor-se (BLANCHOUT, 2005).

Aqui pensando a experiência junto com Bondía (2002), faz-se necessário algumas advertências propostas por este autor. Primeiramente é necessário desvincular a experiência da ideia de informação, pois segundo o autor o saber que decorre da experiência não coincide com o acúmulo de informações ou da expressão de uma opinião, supostamente pessoal, como resultante do processamento de informações. Para o autor, a informação é justamente o contrário da experiência e o excesso de opinião inviabiliza a mesma. Bondía (2002), inspirado por Benjamin, afirma que a experiência está cada vez mais rara em função do tempo de fluência das informações e devido ao excesso de trabalho. Bondía (2002) afirma que para compreender a experiência como algo que nos acontece é necessário desprender-se da ideia de que é unicamente através do trabalho que o homem modifica o mundo, produzindo sobre ele um saber do qual a experiência é um resultante. Neste caso a experiência estaria intrinsecamente associada a um fazer, uma ação incessante. Para Bondía (2002, p. 21) “A experiência é o que nos passa, o que nos acontece, ou o que toca. Não o que passa, não o que acontece, ou o que toca”. Ou seja, Bondía compreende a experiência a partir do sujeito da experiência, de modo que:

“O sujeito da experiência seria algo como um território de passagem, algo como uma superfície sensível que aquilo que acontece afeta de algum modo, produz alguns efeitos, inscreve algumas marcas, deixa alguns vestígios, alguns efeitos (...). O sujeito da experiência é um ponto de chegada, um lugar a que chegam as coisas, como um lugar que recebe o que chega e que, ao receber, lhe dá lugar” (BONDÍA, 2002, p. 24)

O sujeito da experiência de Bondía (2002) também rompe com a ideia do Eu como unidade para ir ao encontro do corpo como superfície do acontecimento, lugar de passagem. Portanto, a experiência não equivale a expressão da opinião da autora como consequência da apreensão ou do processamento cognitivo dos fatos. É neste sentido também que se deu a escolha pela construção de narrativas, pois, em ressonância com Blanchout (2005), sabe-se que a narrativa não pretende descrever ou relatar uma experiência individual, confessar um conflito, não se trata

de descrever um fato ocorrido, contar um acontecimento. O ato de narrar é o próprio acontecimento. “A narrativa não é o relato do acontecimento, mas o próprio acontecimento, o acesso a esse acontecimento, o lugar aonde ele é chamado a acontecer” (BLANCHOUT, 2005, p. 8). É neste sentido que se aposta na construção de narrativas apoiadas na experiência de trabalho da autora e na sua condição de estrangeira⁴ como posição política- metodológica que, na contramão do tradicionalismo acadêmico, pretende, através do processo de pesquisa, não suceder dogmas a serem replicados em condições ideais de temperatura e pressão a fim de confirmar uma hipótese, mas suscitar na passagem de uma experiência pistas acerca dos tensionamentos que continuarão a se espalhar e se desdobrar infinitamente pelas ruas da cidade.

Para percorrer este caminho já iniciamos esta conversa apresentando uma primeira seção em que foram abordados alguns pontos de partida importantes: a cidade-acontecimento e o corpo-superfície, que devem servir ao leitor de instrumentos de leitura e acompanhá-lo ao longo do texto. Nesta seção também expomos as escolhas metodológicas e em seguida faremos uma conversa acerca dos usos comuns do termo território no cotidiano de trabalho no campo da saúde mental. Para tais usos colocamos alguns pontos de interrogação a partir de conceituação teórica apoiada nas ideias do geográfico Rogério Hasbaert e do filósofo Michael Foucault.

Na segunda seção será abordado o projeto “Rio Cidade Olímpica” como máquina agenciadora de imagens de cidade que se chocam contra as imagens produzidas pelas narrativas construídas a partir do cotidiano de trabalho da autora, levantando questionamentos acerca dos paradoxos do projeto de cidade em questão. Na terceira seção faz-se um breve apanhado histórico da reforma urbanística de Pereira Passos e suas implicações nas ações de cuidado e controle/segurança nos centros urbanos, apontando para a rua como principal lugar de aposta de transformação da cidade. Na quarta e última seção abordamos as relações traçadas historicamente entre ações de cuidado e de controle,

⁴ A condição de estrangeira a que se refere a autora não alude a uma relação turística com cidade. Ao afirmar esta posição como atitude metodológica a autora aproxima-se da proposta de Mizoguchi (2016). Em “Amizades Contemporâneas” o autor propõe um tipo de pesquisador viajante que adota como metodologia uma certa “epistemologia da estrangeiridade”, em que sua principal tarefa consiste em criar procedimentos de estranhamento de si e do mundo, produzir e sustentar “o incômodo de quem, quase dentro e quase fora das linhas de força e dos códigos do território a ser investigado, pode estranhar o que ali é então engendrado” (MIZOGUCHI, 2016, p. 43)

coordenadas primeiro pela polícia e depois pelo hospício, sob a égide de prover a segurança e ordem pública, e que evidenciam as tensões que se colocam para a cidade. Foucault, Deleuze e Guattari são os principais teóricos que dão eco e aporte para esta pesquisa.

(Re)conhecer o território

Fazia calor em Abril de 2014 quando a rua que apenas atravessava no caminho para a casa da amiga começou também a lhe atravessar. Para ela um novo local de trabalho. Uma nova unidade de saúde pública a ser inaugurada, um equipamento de saúde destinado a oferecer serviço de saúde mental especializado para pessoas que fazem uso de álcool e outras drogas - CAPS AD III⁵. Naquele Abril ainda era um prédio em reforma, cheio de poeira e amontoado de entulhos. A circulação de pessoas ia despertando a curiosidade da vizinhança ali desenhada por entre casas, empresas, galpões, garagens, pequenos comércios e ferros-velhos.

Os olhares curiosos e conjecturas eram de um para o outro: da rua para o serviço e do serviço para a rua. O serviço que ia se constituindo também quase nada sabia daquele território para além da demanda desse tipo de serviço, devido tratar-se de região onde encontra-se muitas cenas de uso de drogas nas proximidades. Assim a equipe repetia com insistência que era preciso conhecer o território. Aqui vale um corte. Que território é esse de que tanto se fala? E o que se quer conhecer sobre ele?

A palavra território é substantivo comumente utilizado entre técnicos da saúde mental, nestes termos é usualmente empregado para designar a área de abrangência do serviço, ou seja, os bairros que devem ser atendidos por ele. Isto tem relação com o fato de o Rio de Janeiro ser dividido em áreas de planejamento

⁵ CAPS AD III é a sigla para Centro de Atenção Psicossocial álcool e drogas do tipo III. Trata-se de serviço substitutivo ao hospital psiquiátrico para atenção às pessoas com transtornos mentais graves. O tipo citado é um serviço especializado para atender pessoas com problemáticas em decorrência do uso de álcool e outras drogas, como o próprio nome indica. A criação deste tipo de serviço foi instituída pelas portarias 189/91 e 224/92 e reestruturada pelas portarias n.336/2 e 189/2 estabelecendo várias modalidades de CAPS. O tipo III indica que o serviço funciona 24 horas e conta com leitos de atendimento à crise, o que implica dizer que é possível realizar internações no serviço (AMARANTE, 2007). No cotidiano do trabalho, por questões de disputa político-ideológicas, a internação em CAPS III é denominada de acolhimento noturno e é deste modo que será tratada ao longo deste texto.

sanitário ou áreas programáticas a partir das quais a rede de assistência em saúde se organiza de forma regionalizada, cada área programática conta com serviços específicos que devem atender a população moradora dos bairros que a constituem. Com isso, conhecer o território significa conhecer as ruas que se deve atender, sabendo seu nome e localização ? O que é conhecer o território?

O geógrafo Haesbaert (2014) nos apresenta uma perspectiva geográfica para esta questão, partiremos dela. Primeiramente é preciso distender a palavra e considerá-la numa constelação de conceito⁶. Deste modo propõe que o conceito de território é um componente de outro “conceito-mestre”: o conceito de espaço geográfico, este é compreendido pelo autor “como produção social na interface entre aquilo que o filósofo Henri Lefebvre reconhece como o percebido, o vivido e o concebido” (HAESBAERT, 2014, p. 33). Ou seja, a ideia de espaço geográfico, apesar de pressupor a presença física do meio, não se traduz por ele mesmo. O espaço se produz nas múltiplas relações que o homem estabelece com ele. O espaço geográfico é, portanto, socialmente construído e pressupõe movimento no que tange ação e representação simbólica. Quando buscamos analisar o espaço salientando sua produção através das relações ou práticas de poder é que, numa constelação de conceitos, tocamos na questão do território.

Epistemologicamente a ideia de território é por tradição abordada em dois sentidos: o material e o simbólico, ambos relacionados com o poder. O sentido material diz respeito ao poder tradicional, poder político de dominação. No âmbito simbólico tem a ver com o poder no sentido de apropriação, está vinculado ao valor do uso (e não ao valor de mercado como no primeiro caso). No prisma simbólico o território refere-se ao “espaço-tempo vivido” e desta maneira apresenta-se múltiplo e complexo, destoando de seu caráter material quando subjugado à lógica de funcionamento do capitalismo como sistema de produção hegemônico, pois este não admite uma ordenação do território que seja múltipla e sobreponha jurisdições e/ou territorialidades, como no caso das sociedades feudais (HAESBAERT, 2014).

⁶ Haesbaert (2014) cunha esta imagem inspirado nas ideias de Deleuze e Guattari, em “O que é a filosofia” (2010a). Os autores afirmam que nenhum conceito é simples. O conceito é um ponto de coincidência entre os inúmeros componentes que o definem, deste modo cada conceito remete à uma gama de outros conceitos que têm histórias e, ao mesmo tempo, estabelecem diferentes conexões no presente. Cada conceito acomoda infinitos componentes que irão desembocar em outros conceitos. “Todo conceito remete a um problema, problemas sem os quais não teria sentido, e que só podem ser isolados ou compreendidos na medida de sua solução” (p. 25)

Para o autor é no *continuum* entre uma dimensão e outra que o território se desdobra, assim o território configura-se no cruzamento entre as relações de dominação político-econômica e os processos de apropriação subjetiva (cultural-simbólica) do espaço. Só que neste jogo o pressuposto de acumulação do capital pelo sistema produtivo dominante desestabiliza a equação, já que os espaços dominados pelo aparato estatal/empresarial são quase completamente transformados em mercadoria através de mecanismos de impedimento dos processos de territorialização ou apropriação do espaço. Lembrando que o espaço não se trata de pano de fundo, como se existisse antes, sob o qual irão se desenvolver os processos de territorialização. O espaço tem caráter relacional e é socialmente produzido, portanto, se constitui enquanto espaço concebido, percebido e vivido. No caso do território, a dominação do espaço pela apropriação deve ser entendida através dos sujeitos que exercem efetivamente o poder e, dessa maneira, influenciam, interferem e controlam pessoas, fenômenos e relacionamentos (HAESBAERT, 2014).

Portanto não iremos tomar por equivalência o espaço geográfico com o espaço natural, do mesmo modo que não há equivalência entre território e espaço social, pois a equivalência entre território e espaço social desqualifica seu caráter relacional e nos infere a reduzir a noção de território à materialidade do espaço socialmente construído, tal como fazem os técnicos de saúde mental num emaranhado de práticas. Também não se pode privilegiar a dimensão política do território, tomando-o como espaço delimitado pela atuação das forças de relação de poder estabelecidas. Não é possível fazer uma síntese entre essas duas perspectivas ou corremos o risco de tomar o território como um conjunto de forças mediadas pela materialidade do espaço social. O território é, ao mesmo tempo, apropriação simbólica e domínio político-econômico de um espaço socialmente partilhado. Vejamos a seguinte cena!

As obras ainda não haviam terminado quando o diretor do serviço, em sua primeira visita à unidade, foi abordado por uma pessoa que adentrou o prédio sem ser convidada. A esta personagem, homem alto e de meia idade, chamaremos de Grande Chefe. Trata-se de importante e recorrente personagem deste enredo e por vezes será a partir dele que poderemos elucidar algumas questões. Após ter

entrando na unidade, o Grande Chefe, abrindo mão das apresentações formais, abordou diretamente o então diretor da unidade dizendo que sabia ser aquele o “comandante daquilo ali”. Avisou que ele precisaria contribuir com a segurança. O diretor tentou explicar que ali se tratava de unidade pública de saúde vinculada a prefeitura e, portanto, não haveria dinheiro. Grande Chefe solicitou ao diretor que encontrasse um jeito, pois todos os outros estabelecimentos da rua realizavam o pagamento. No dia da inauguração do serviço, quando havia muito movimento na rua, muitos carros circulando e autoridades da saúde, o Grande Chefe fez uma nova abordagem, desta vez a alguém ligado à Secretaria de Saúde. Desta conversa não se tem o ruído, porém a partir deste dia esse tipo de abordagem não voltou a acontecer rigorosamente à figura do diretor, embora o tema da contribuição monetária ou a falta dela retornassem em outras cenas.

O que essa história nos conta sobre o território e que não está circunscrito no mapa oficial da cidade? Quando os profissionais de saúde falam em conhecer o território atendido pelo serviço referem-se a conhecer o espaço geográfico que foi marcado pela área programática ? Os bairros, as ruas, vielas? Interessam-se também em conhecer os códigos instituídos, as relações, os modos de produzir subjetividade? Logo se viu que nesta rua outros vetores de força encarnam leis alheias a legislação oficial reconhecida pelo Estado, mas que ali atuam produzindo o território e engendrando processos subjetivos tanto para os que moram nas casas quanto para os que moram nas calçadas e os que ali chegavam para o novo trabalho. Estaria aí, nestas entrelinhas rasuradas, à luz do dia, pistas sobre o território na perspectiva que nos elucidou Haesbaert ? O autor afirma que:

“O território tanto pode ser lido a partir das relações de poder nessa ótica restrita à figura macro do Estado (ênfatisado por autores como Poulantzas [1978] e Allié [1980], como pode ser ampliado também a toda microfísica de um poder muito mais capilarizado, estendido a todas as esferas da sociedade (como fazem, por exemplo, Deleuze e Guatarri [1972,1980] e Sack [1986] (...)) Grande parte do poder, hoje, envolve sujeitos que se contrapõem ou entram num jogo muito complexo com a estrutura estatal, principalmente através de circuitos ilegais, como é o caso do narcotráfico. O poder não sendo tratado como ‘objeto’ ou ‘coisa’, que alguns grupos ou classes detêm e outras não, sem sentido absoluto, e não sendo apenas dominação, coercitiva, mas também ideologia, símbolos (...) permite falar

num amplo espectro de diferentes sujeitos e espaços de territorialização” (HAESBAERT, 2014, p. 44-45)”.

Michel Foucault (1995) é outro autor que irá corroborar com a noção de que o poder não é traduzido pela ideia de Estado, estruturação do poder político e estritamente ligado à economia. O filósofo não considera o poder como objeto natural mas como uma prática produzida nas relações, num determinando momento histórico, de modo que o poder não é algo que se detenha mas que se exerce. Seus mecanismos e técnicas assumem formas variadas de acordo com as condições em que estas relações se estabelecem. As relações de poder tratam-se, nesta perspectiva, de uma disputa de forças em que uns agem sobre os outros. Assim o exercício do poder trata-se menos de mera oposição entre duas partes - governo e governados - e mais de uma prática de, como diz o autor, “conduzir condutas” e ordenar as possibilidades considerando uma gama de respostas possíveis (comportamentais, afetivas, simbólicas e etc). A partir disso, de que forma as relações de poder que vão sendo evidenciadas no cotidiano do serviço evidenciam as forças que constituem aquele território? Quais as disputas?

Considerando isto, uma das primeiras coisas que a equipe precisou "saber" sobre aquele território é que em seu processo de territorialização atuam forças de organizações de poder que se conectam a práticas comuns a algumas regiões da cidade, e que seus mecanismos de funcionamento autorizam o Grande Chefe a abordar a direção do serviço, se ressentir e depois concordar com o fato de um serviço público não “contribuir” com aquele sistema de segurança. É a partir disso também que inúmeras outras cenas irão se desenrolar e colocar a equipe diante de impasses em relação a tomada de decisão no que se refere ao cuidado, pois essa dinâmica será, em muitos casos, determinante para as condições de saúde do sujeito.

Para muitos da equipe, inclusive para a estrangeira que supunha conhecer aquela rua porque por ali passava anteriormente, aquele modo de organização era estranho. Não se conhecia seus mecanismos de atuação, organização, procedimentos, efeitos e estratégias. É através do desenrolar do cotidiano do serviço que se vai tendo notícia do modo como isto produz e regula os modos de ser e estar naquele território, como domina os corpos, agencia os desejos do público atendido pelo CAPS. É através dos acontecimentos na prática de trabalho que se vai tendo notícias de outros modos de recortar a cidade que não só sua

organização geograficamente zonal. A cidade é também recortada e gerida por organizações de poder implicadas em disputa por controle de território. Suscita o questionamento: de que modo o CAPS, em sua condição de serviço do setor público (máquina do Estado), atua e/ou interfere nessa disputa?

Foucault (1995) sugere que ao invés de nos ensimesmarmos na tentativa de fazer uma análise do poder buscando compreender sua racionalidade interna, joguemos luz sobre seus pontos de resistência, pois estes funcionam como “um catalizador químico de modo a esclarecer as relações de poder, localizar sua posição, descobrir seu ponto de aplicação e os métodos utilizados” (Idem, p.234). Estes pontos de resistência dizem respeito ao enfrentamento frente a uma forma de poder e seus efeitos. Tal enfrentamento não se refere a mera oposição, mas ao que Foucault irá chamar de “provocação permanente”, no sentido de que os pontos de resistência forçam os limites dos arranjos das estratégias do exercício do poder, deflagrando-os, intervindo sobre eles que, imediatamente, a partir disso, podem se reconfigurar num processo constante, pois no bojo do entendimento do poder como modo de ação de uns sobre os outros a liberdade de sujeitos tanto individuais quanto coletivos - e que podem assumir uma gama de possibilidades de condutas e comportamentos - figura como condição de existência de uma relação de poder, pois este pode “se deslocar e, no limite, escapa” (Idem, p. 244).

É por isso que não há oposição entre poder e liberdade. O exercício do poder não se dá através da simples subtração da liberdade. Neste caso a relação de poder desapareceria e tenderia a uma tradução entre exercício de poder e coerção pela violência por ele mesmo determinada. Deste modo é preciso considerar a amálgama entre poder e insubmissão da liberdade e assim saber que, o que interroga uma relação de poder - de modo a enfrentá-la ou resistir a ela - é a capacidade dos sujeitos - individuais e coletivos - de exercer, em sua liberdade, a intransigência, ou seja, desobedecer (Foucault, 1995).

Neste jogo de complexidades em que a equipe do CAPS tanto precisa responder as demandas da organização de poder estatal quanto recolher e tratar os efeitos de poder que se exerce no território, poderiam ser as práticas de cuidados exercidas no cotidiano deste serviço de saúde práticas de “provocação permanente”? O que querem fazer escapar?

Somaram-se os dias. O serviço começou a se constituir, trabalhadores e usuários⁷ começaram por inventar aquele lugar. Os primeiros a se aproximarem do serviço foram os que viviam em situação de rua nas proximidades. Num dos momentos de primeiro encontro, dentro de uma sala fechada, houve a primeira escuta de alguém que chegou ao CAPS solicitando ajuda. Quando questionado sobre o motivo pelo qual foi até ali, a seguinte resposta: “porque lá no outro lado, na favela, estão dizendo que aqui tem um lugar para comer e dormir”. Muitos chegaram ao serviço demandando fazer atividades que rotineiramente costuma-se fazer em casa, como alimentar-se, assistir televisão, descansar, lavar as roupas. Deste modo iam permanecendo longos períodos dentro do serviço, muitos sem qualquer demanda de cuidado especializado.

Nesta circulação entre rua e serviço o cotidiano se desenrola e na densidade de seu tecido as “guerrilhas micropolíticas” assumem outras intensidades. Em suas sutilezas inauguram-se disputas, prejudicam-se as formas, alteram-se os mecanismos, os métodos, os corpos, produzem estranhezas. Ao se tocarem, rua e serviço atuam um sobre o outro, estabelecendo outras relações que interferem tanto nos modos de funcionamento do serviço como na organização da rua? Pautar o cuidado em saúde como analisador para uma rua termina por inquirir a cidade e pergunta-se: de que modo o cuidado interpela a cidade? De que maneira as relações de cuidado estabelecidas na Rua dos Regenerados evidenciam os paradoxos da cidade olímpica que não nos deixam ver o *merchandising*?

Naquele mesmo Abril de 2014 o Rio de Janeiro estava às vésperas de receber jogos da Copa do Mundo de Futebol, que também aconteceriam em outras capitais brasileiras, e desde 2009 se preparava para sediar exclusivamente outro megaevento esportivo: os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016. Picaretas rasgavam as ruas do centro insistindo que assim lhe fazia saltar de cidade maravilhosa para a então sonhada “Rio: Cidade Olímpica”, projetada num futuro glorioso. A expressão Cidade Olímpica despontava nas propagandas, imputava imagens de uma cidade que estava ainda por vir. No entanto, não caíamos no impasse que há bem pouco percorremos. No que implica dizer Cidade Olímpica?

⁷ O termo usuário refere-se à pessoas que fazem uso dos serviços de saúde oferecidos pelo Sistema único de Saúde- SUS. Sempre que aparecer neste texto adota-se este sentido.

II

Cidade Olímpica: o novo rio, rugas e reminiscências.

A cidade dos megaeventos: capital do capital.

Um vídeo publicado no canal “riocidadeolimpica”, no *site You Tube*⁸, no dia 20 de maio de 2015, nos interpela com sua pergunta-título: “Você já conhece o novo Rio?” Já aí faz um corte no tempo e no espaço. O novo Rio está aí como uma nova concepção de cidade que já está feita. É como nos dizer que há um novo Rio, uma nova cidade, e assim há também um Rio que já não é mais, ficou no passado. Em que tempo e em que espaço essa transformação se deu? Em que corpo? Não sabemos. Nos lança assim essa pergunta à queima-roupa e nos desterritorializa, questionando a cidade em que vivemos. Resta-nos tatear esta ideia.

Durante os anos de 2014 e 2015 o andar pelas ruas da cidade do Rio de Janeiro tornou-se uma experiência marcada pelo deparar-se com obras nas vias urbanas e/ou reformas e construção de novos prédios de uso público e privado. O barulho das picaretas rasgando as vias, o vai e vem dos agentes de trânsito que tentam organizar o fluxo de pedestres e motoristas diante dos tantos desvios, inversões, mudanças. Estariam aí os sinais cotidianos que mais rapidamente atestam aos habitantes a velocidade e concretude das transformações na cidade?

A eleição do Rio de Janeiro como sede das Olimpíadas e Paralimpíadas de 2016, que ocorreria dois anos após a cidade também sediar jogos da Copa do Mundo de 2014, o colocou novamente na rota das cidades que passam por todo um processo de “preparação” para receber um megaevento, processo ao qual a cidade já havia sido submetida em eventos anteriores como os Jogos Pan- Americanos de 2007 e a Jornada Mundial da Juventude em 2013. Esta preparação quer dizer que a cidade é submetida a um processo intenso de intervenções urbanísticas que incluem desde a construção e reforma de instalações até obras de mobilidade urbana, de modo que estes empreendimentos advêm principalmente do investimento de capital transnacional.

No mesmo vídeo que questiona se você já conhece o novo Rio assistimos a uma sequência de imagens que aceleram e desaceleram num ritmo vertiginoso. As

⁸ Canal vinculado à Prefeitura do Rio de Janeiro. Disponível em <<https://www.youtube.com/watch?v=-Ak6MdGfL8Q>>

imagens são quase sempre vistas panorâmicas de obras nas vias de mobilidade, construções de prédios, de espaços de circulação pública pela cidade. Em *close* homens trabalhando, crianças uniformizadas, unidades de transporte público e obras concluídas. Ao longo da exibição adjetivos salpicam na tela: inovadora, inclusiva, integrada, ousada. Na descrição do vídeo pode-se ler: “Os Jogos Olímpicos e Paralímpicos estão transformando o nosso Rio. Desde que foi escolhido como cidade- sede, em outubro de 2009, as mudanças nas áreas de mobilidade urbana, cultura, entretenimento e infraestrutura estão a pleno vapor. Nossos museus, centros culturais, área de lazer, corredores de ônibus articulados reforçam as maravilhas do nosso belo e olímpico Rio”. O vídeo termina com a máxima estampada na tela: “Isto é Cidade Olímpica”.

O novo Rio faz encarnar um novo projeto de cidade que já não é a Cidade Maravilhosa, mito primeiro cristalizado nos cartões-postais. A cidade agora deve desejar outras coisas. Em outro vídeo⁹ publicado em 3 de junho de 2015, enquanto vemos imagens de pessoas fazendo coisas do cotidiano nas ruas, ouvimos um interlocutor que diz: *“São Sebastião do Rio de Janeiro, esculpida entre o mar e a montanha, quilômetros de praia e sol o ano inteiro. Essa história de cidade maravilhosa já deu o que tinha que dar. Será que é só isso mesmo que somos: um rostinho bonito? Nada contra gente bronzeadada, boa de bola e com samba no pé. É que para passar de fase, parceiro, tem que trazer muito mais gente pra dentro do jogo. A cidade que queremos, que podemos ser, não é feita daqueles velhos cartões-postais, mas por quem ocupa suas praças, ergue e habita seus edifícios, escreve a sua história na primeira pessoa. Estamos falando de seis milhões e meio de pessoas, porque ninguém sai do lugar fazendo sempre as mesmas coisas, pensando sempre tudo do mesmo jeito, olhando sempre pro mesmo lado”*. A Cidade Olímpica então requer outros modos de estar na cidade? E para assim fazê-la, quem mais é preciso trazer para dentro do jogo?

Assumir o título de Cidade Olímpica é uma estratégia político-econômica para elevar o Rio de Janeiro ao *status* de cidade global e assim, como afirmou Braga (2015), transformá-la na capital do Capital, implicando numa gestão que toma a cidade como polo centralizador de investimentos do capital transnacional, este que se dá através da realização de empreendimentos e tem por objetivo principal gerar

⁹ <https://www.youtube.com/watch?v=xvVJyby6lkM>

valor monetário. Deste modo a principal finalidade das intervenções urbanas é atender as necessidades de infra- estrutura básica para não só receber como também atrair tais investimentos, o que não necessariamente coincide com a demanda da população.

Para tanto, a Prefeitura do Rio de Janeiro lançou mão do primeiro Planejamento Estratégico do Rio de Janeiro, no qual enfatiza exatamente este processo de preparação a partir desta perspectiva. No segundo mandato do prefeito Eduardo Paes¹⁰, iniciado em Janeiro de 2013, a prefeitura lança um novo Planejamento Estratégico intitulado, assim como o primeiro (2009), de “Pós 2016: o Rio mais integrado e competitivo”. Em carta dirigida à população, o Prefeito afirma:

“O lançamento do primeiro Plano Estratégico da Prefeitura do Rio, em 2009, representou um grande avanço na forma de administrar a cidade. Pela primeira vez, foram fixadas metas anuais e objetivas para cada área de gestão, divulgadas de forma transparente para a sociedade e acompanhadas por todos os cariocas. De lá para cá, o Rio mudou e acumulou muitas conquistas: a consagração da cidade como palco de grandes eventos, como a Jornada Mundial da Juventude em 2013, a Copa de 2014 e os Jogos Olímpicos e Paralímpicos de 2016; o processo de recuperação de áreas degradadas, como o da Região Portuária através do projeto Porto Maravilha; o início de obras de mobilidade urbana que vão permitir a integração de toda a cidade; e a retomada da capacidade de investimento da Prefeitura, inclusive com o reconhecimento das grandes agências internacionais de classificação de risco, o que nos permitiu praticamente dobrar os recursos para Saúde e Educação.” (PÓS 2016..., s/d, p. 9).

Na Cidade Olímpica as grandes empresas são chamadas para “dentro do jogo”. Braga (2015) elucida que o planejamento estratégico surgiu na reurbanização contemporânea como um modelo de administração que pretende aplicar para as cidades o mesmo arcabouço conceitual e técnico aplicado ao planejamento empresarial. Deste modo as cidades ficam sujeitas a mesma dinâmica de competitividade e produtividade das grandes empresas. Apoiadas nesta lógica, as propostas de reconfiguração urbana não priorizam intervenções para responder as demandas e problemas locais. O esforço é para inserir a cidade na dinâmica da especulação monetária, concentrando investimentos em áreas de interesse particular e de acordo com os anseios da iniciativa privada mundial. Para o autor o que caracteriza uma cidade global é justamente a capacidade de fazer operações aplicando o caráter liberal da economia, balizada pela lógica da competição, pelo

¹⁰ Eduardo Paes foi prefeito da cidade do Rio de Janeiro por dois mandatos consecutivos, o primeiro iniciado em janeiro de 2009 e o segundo no mesmo mês de 2013.

investimento difuso tanto público quanto privado. Eis o que seria, neste segmento, a principal ordem para a Cidade Olímpica.

A cidade deve então funcionar próximo a uma grande organização empresarial e por isso deve adequar seus produtos às demandas de exportação simbólica do espaço urbano. Para tanto, além de intervir sob o tecido da urbe, é necessário produzir valor simbólico dos espaços que a constituem, para que estes também sejam utilizados como moeda de troca. Para compreender de que modo, tomemos, por exemplo, o projeto de revitalização da zona portuária do Rio de Janeiro, abarcado pelo projeto Porto Maravilha. Inspirado em outros projetos de cidades globais¹¹ que adotaram as intervenções nas áreas portuárias como estratégia para criação de novas áreas nobres, centro de comércio e turismo, o Porto Maravilha talvez seja o projeto que melhor ilustra a ideologia do processo de “preparação da cidade”.

A escolha por essas áreas não é ingênua e nem aleatória. Em geral as zonas portuárias possuem um forte apelo ao valor histórico das cidades. Situadas próximo ao mar, também portam a metáfora de abrir a cidade para a conectividade global, desta forma fazem menção ao passado, porém lançando seu olhar em direção ao futuro. Esta menção ao passado trata-se, no entanto, de tomar a história numa perspectiva linear, progressista e apaziguadora, em que o futuro supera o passado numa linha qualitativamente progressiva. Neste sentido a história oficial não inclui os conflitos e disputas capazes de realizar cortes na linha reta do progresso em que sempre se está de partida de um ponto inferior em direção ao ponto seguinte, qualitativamente superior. Assim “a revitalização do velho e a conexão com o novo despontam como estratégias na capitalização da memória e da cultura, transformando-a em vetores de progresso” (BRAGA, 2015, p. 64). Portanto, investe-se na modificação estrutural da forma e ambiência urbana de modo radical para que, impulsionando a circulação de pessoas e mercadorias, a transição do modelo de cidade seja colocada em evidência.

Tendo como parâmetro a lógica da cidade mercadoria, a região em torno da zona portuária - que há muito vem enfrentando problemas urbanísticos quanto a moradia, mobilidade, rede de água, esgoto e drenagem - passou então a ser alvo de

¹¹ O projeto Porto Maravilha inspirou-se em outras cidades globais que passaram por processos similares em vistas da realização de megaeventos como, por exemplo, a cidade de Barcelona, reformulada e readequada para sediar as Olimpíadas de 1992, inspirando-se em modelo importado das cidades-empresas americanas (BRAGA, 2015).

investimentos maciços por parte da gestão pública através de consórcio com a iniciativa privada. A fim de verter a região em um novo centro irradiador de arte, cultura e lazer- e assim produzir valor simbólico capaz de ser revertido em valor monetário - o projeto Porto Maravilha previu e executou inúmeras obras de reurbanização da região que incluiu a construção de novas redes de água, esgoto e drenagem, implementação de coleta seletiva, iluminação pública, tratamento paisagístico, arborização, construção de VLT (veículo leve sobre trilhos), construção de edifícios modernos e de alta tecnologia, construção de museus, construção e revitalização de áreas de lazer e etc. (BRAGA, 2015). Seriam estas então as medidas da Cidade Olímpica?

Persistindo ainda no exemplo de reurbanização da zona portuária sustentada pelo discurso de preparação da cidade para os jogos olímpicos, vamos destacar dois momentos durante a execução do projeto Porto Maravilha. O primeiro deles, que marca justamente o *start* das intervenções naquela região, é a queda do viaduto da Perimetral, realizado em prol da exploração econômica da região a partir da transformação da paisagem. A queda da Perimetral abriu, como pretendia, espaço para transformar a zona portuária em bairro modelo, com edifícios empresariais destinados ao comércio, serviços e turismo, bem como para estabelecer um padrão de moradia muito diferente e distante da realidade sócio-econômica da população tradicionalmente habitante daquela região, o que acabou por expulsar esta mesma população para regiões mais distantes do centro da cidade.

Também em nome de melhorar a ambiência urbana e explorar o consumo da paisagem, as obras para construção do teleférico do morro da Providência foram responsáveis pela expulsão de 317 famílias do morro, que tiveram suas casas marcadas pela Secretaria Municipal de Habitação e em seguida demolidas de forma violenta e brutal. Na lógica da cidade mercadoria:

“O mercado acaba por regular a que tipo de consumidor se destinam seus empreendimentos (...). A dinâmica e a forma urbana passam a ser regidas pela lógica do mercado financeiro e imobiliário. As ações são pensadas para um consumidor de médio e alto padrão, além dos consumidores solúveis, oriundos do turismo de lazer ou empresarial. Logo, toda a dinâmica e disposição urbana vão se adequando as novas demandas, produzindo o aumento do custo de vida, a oferta de serviços para nichos específicos e a especulação do valor da terra. Em suma, a área passa a ser gerida pela lei do mercado transnacional, em decorrência de que a maioria dos investidores se configura como empresas multinacionais. Estas empresas englobam a área na projeção de ‘imagens sintéticas’, buscando a identificação com seu público- alvo, adequando a paisagem urbana aos

padrões do mercado imobiliário. Como consequência, a antiga forma urbana é destruída e, em seu lugar, vai sendo erguido o novo império guiado pelo capital híbrido da cultura-mundo, que exige beleza, segurança, status e qualidade de vida.” (BRAGA, 2015, p.68-69)

Sob a égide da tarefa de fazer a cidade saltar de cidade maravilhosa para a cidade olímpica, a lógica da cidade mercadoria marca a gestão de Eduardo Paes e orchestra as principais decisões acerca das intervenções urbanas, que assim como na zona portuária, se alastraram por outras regiões da cidade, seja pela sua presença ou por seus efeitos, estes nem sempre desejados ou previstos. Nesse contexto o canal virtual da prefeitura no *site You Tube* atua como importante recurso de *marketing*, pois torna-se fundamental para fabricar uma imagem de cidade que “torna invisível tudo que não é uma virtude do produto” (VAINER apud BRAGA, 2015, p.88). No ar desde 2011, o conteúdo do canal exhibe e exalta o processo de transformação da cidade nos vários setores. A Cidade Olímpica vai sendo forjada na justaposição de um modelo econômico ao modelo urbano, aparados pela produção maciça de uma imagem de cidade. Deste modo é que no plano macropolítico vai se operando um projeto de cidade. Na tela forja-se a cidade olímpica que veste o imperativo de uma cidade “mais justa, inclusiva e integrada para todos”, expressão repetida feito um lema nas propagandas veiculadas pela prefeitura na tentativa de homogeneizar os discursos, desejos e afetos. No entanto, deste discurso hegemônico nenhuma voz escapa?

Segmentos de cidade

No início do Plano Estratégico anteriormente referido, há uma seção denominada de “uma visão de futuro”, nela explica-se que tal planejamento foi realizado a partir de um diagnóstico que, além de incluir os principais desafios e vantagens competitivas da cidade, considerou as crenças e valores mais marcantes do cidadão carioca. Inclui-se as crenças e valores das pessoas que habitam o Rio de Janeiro, cariocas ou não, como que para fazer saltar qualitativamente de cidade maravilhosa para cidade olímpica fosse preciso intervir não só em sua infraestrutura, mas também na dimensão subjetiva daqueles que vivem nela. Há aí, evidente ou não, certa aposta.

Apresentamos até aqui um projeto de cidade que opera ao mesmo tempo em que é engendrado no plano da macropolítica. No entanto, dissemos anteriormente que a cidade ultrapassa a ideia de realidade em si mesma e coincide com a efetuação da multiplicidade dos acontecimentos, deste modo o projeto “Rio: cidade Olímpica” funciona como ponto de acúmulo de uma série de efetuações que resultam da captura do acontecimento, não do acontecimento em si. Então em que tempo- espaço os acontecimentos irrompem? Avancemos para o campo da micropolítica. E Já que tomamos estas alcunhas, macro e micropolítica, antes de prosseguirmos será necessário fazer algumas pontuações conceituais que sinalizam esta escolha. Seguiremos sobretudo as ideias de Guilles Deleuze e Félix Guattari.

Para estes autores todos os sujeitos, individuais ou coletivos, são constituídos por linhas de forças ou segmentaridades. São estas linhas que constituem também as sociedades e, portanto, recortam as cidades. Tais linhas coexistem imbricadas umas nas outras, passam de uma para a outra, se entrecortam, assumem formas mutáveis e infinitas, porém podem ser caracterizadas e compreendidas - de acordo com sua natureza, termos, correlações, máquinas de produção e sistemas de referências - de dois modos distintos: segmentaridade dura ou molar e segmentaridade flexível ou molecular. Estas linhas diferem em suas características mas de modo algum se opõem ou se sobrepõem em termos de escala, dimensões e valor (DELEUZE e GUATTARI, 1996; DELEUZE e PARNET, 1998).

A segmentaridade dura engendra-se e atua através de três modos: operando máquinas binárias, ordenando dispositivos de poder e traçando planos de organização dessas linhas. As máquinas binárias recortam os sujeitos em estados de coisa dicotômicos e sucessivos, produzindo segmentos binários. As máquinas binárias são diversas: máquinas binárias de sexo (homem-mulher), de raça (negro-branco), de idade (criança-velho), de setor (público-privado), de afetos (alegre-triste) e assim por diante. No entanto, as máquinas binárias não atuam por simples oposição entre os segmentos, ao contrário, forjam uma operação diacrônica. Por exemplo, um sujeito que não é acomodado nem na categoria homem e nem mulher, de acordo com a máquina binária do sexo, recairá sobre uma terceira categoria: travesti, transpondo a dualidade da escolha entre dois elementos simultâneos para uma escolha que se sucede. Deste modo o que não se alinha à categoria *a* e nem à *b*, será segmentado numa terceira categoria *c*, e por conseguinte o que não for

traduzido nem em *b* e nem *c*, será *d* e assim sucessivamente. Portanto, as máquinas binárias organizam os segmentos a partir de relações biunívocas que sucedem escolhas binarizadas (DELEUZE e PARNET, 1998). Como nas imagens de um trecho do poema de Cecília Meireles¹²:

“Ou se tem a chuva e não se tem o sol
Ou se tem sol e não se tem chuva!
Ou se calça a luva ou não se põe o anel,
Ou se põe o anel e não se calça a luva!
Quem sobe nos ares não fica no chão,
quem fica no chão não sobe nos ares.
É uma grande pena que não se possa
estar nos dois lugares!
Ou guardo o dinheiro e não compro o doce,
ou compro o doce e não gasto o dinheiro.
Ou isto ou aquilo: ou isto ou aquilo...
E vivo escolhendo o dia inteiro!”

Toda segmentaridade dura mobiliza dispositivos de poder. Cada um desses dispositivos é formado por um complexo código-território, ou seja, sobre um território espacial e temporalmente limitado atuam códigos instituídos e que regulam as relações, compondo assim círculos de poder. É importante ressaltar que na organização dos Estados Modernos, o Estado funciona não como centro detentor e transmissor do poder, mas como um centro acumulador e ordenador dos múltiplos círculos, efetuando a sobrecodificação de todos os segmentos de modo que os círculos funcionam como máquinas de ressonância e concêntrica em relação ao Estado (DELEUZE e PARNET, 1998).

Foucault (1999), ao propor um método para estudar as relações de poder, recomenda que deve-se evitar a dedução de que o poder parte do centro, traçando prolongamentos através dos quais se reproduz e assim é transmitido a todos os átomos da sociedade. Ao contrário, deve-se atentar para o modo ascendente de poder, ou seja, atentar-se para os mecanismos através dos quais relações de poder

¹² Trecho do poema “Ou isto ou Aquilo” em Meireles, C. Ou Isto ou Aquilo. In: Poesia Completa. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2001, p. 1483.

locais, infinitesimais, que possuem história, trajeto, técnica e tática própria, são convertidas, colonizadas, deslocadas e utilizadas por mecanismos que funcionam de modo circular cada vez mais global. No entanto, o Estado não é propriamente a máquina de sobrecodificação. A máquina de sobrecodificação é abstrata. Segundo Deleuze e Parnet (1998, p. 150) esta máquina:

“Organiza os enunciados dominantes e a ordem estabelecida de uma sociedade, as línguas, os saberes dominantes, as ações e sentimentos que prevalecem sobre os outros. A máquina abstrata de sobrecodificação assegura a homogeneização dos diferentes segmentos, com sua conversabilidade, sua traduzibilidade, ela regula as passagens de uns nos outros, e sob a prevalência. Ela não depende do Estado, mas sua eficácia depende do Estado como do agenciamento que efetua um campo social”

Nestes termos o projeto “Rio: Cidade Olímpica” funciona como um agenciamento do aparelho de Estado representado na gestão municipal, e que efetua a máquina abstrata de sobrecodificação dos segmentos da cidade (ruas, bairros, setores e etc.), convertendo a cidade maravilhosa em cidade olímpica. Para isso o *Marketing* funciona como máquina abstrata que organiza uma ideia de cidade, a Cidade Olímpica, pois “*essa história de cidade maravilhosa já deu o que tinha que dar*”, esgotou uma gama de segmentarizações possíveis.

Para que o capital “entre em jogo”, para que seja Cidade Olímpica, capital do capital, outras segmentarizações entram em ação. Em 12 de maio de 2015 o canal virtual da prefeitura, anteriormente citado, publicou um vídeo¹³ que veicula imagens da cidade com ênfase nas obras urbanas, enquanto ouvimos um narrador que diz: “*A cidade que sempre foi única está se transformando cada vez mais em uma única cidade, mais justa, mais inclusiva e integrada, uma cidade olímpica (...)*”. A Cidade Olímpica figura outro ponto de acúmulo de segmentarizações que aponta para produzir uma cidade homogênea incrustada nos atuais imperativos: justa, inclusiva, integrada.

Cada círculo de poder mobilizado por uma linha de segmentarização dura tem por correlato um espaço em que se desloca e varia. A linearização dos segmentos é o processo pelo qual cada segmento é decantado e homogeneizado em relação a ele mesmo e, ao mesmo tempo, em relação aos outros. Deste modo a linearização cria um plano de organização em que cada segmento pode ser expressado de acordo com sua unidade de medida e ainda estabelecer relações de

¹³ <https://www.youtube.com/watch?v=Pt3KJG6LcGo>

equivalência e traduzibilidade entre eles. “Enfim, a segmentaridade linear passa por uma máquina de sobrecodificação que constitui o espaço homogêneo geométrico e traça segmentos determinados em sua substância, sua forma e suas correlações” (DELEUZE e GUATTARI, 1996, p.82). A linearização dos segmentos sedimenta a noção de território defendida por Hasbaert, que perseguimos anteriormente na introdução desta pesquisa, portanto, pertence ao campo da macropolítica, pois é sob ele que as linhas de segmentaridade dura traçam seus recortes, se cruzam, entrecortam e assumem formas infinitas. Por outro lado, os processos de desterritorialização dizem respeito ao campo da micropolítica, onde encontraremos as linhas de natureza molecular ou segmentaridades flexíveis.

As linhas moleculares caracterizam-se por um movimento de fuga dos segmentos duros, assim não são outro tipo de segmento- uma nova linha que corta o segmento- o movimento se dá de outra forma, em fluxos de quanta. “Sempre vaza ou foge alguma coisa que escapa às organizações binárias, ao aparelho de ressonância, à máquina de sobrecodificação” (DELEUZE, GUATTARI,1996, p.86). Já não são as máquinas binárias que operam, são máquinas mutantes que engendram e organizam linhas num plano de consistência ou imanência. As linhas moleculares agenciam movimentos de desterritorialização dos segmentos, assim, se ainda tomarmos por exemplo a segmentarização dos sexos, veremos que para cada segmento homem e mulher se agenciam múltiplas combinações moleculares, que põem em jogo um no outro e as relações de um no outro com as coisas do mundo. Isso não quer dizer que o plano da micropolítica remeta a um caráter individual ou psicológico. Ainda que um fluxo seja sempre agenciamento de crenças e desejos, estes são sobrecodificáveis por significantes coletivos segmentados pela macropolítica.

As linhas molares e moleculares não são interdependentes entre si, dependem umas das outras, funcionam imbricadas umas às outras, se chocam, se cruzam, se atizam, se entrecortam. Os centros de poder atuam fazendo estas demarcações e efetivando adaptações, comunicações e conversões relativas entre linhas e fluxos, assim a macropolítica tenta regular tanto quanto possível as linhas de fuga através dos processos de reterritorialização. A pergunta que nos lança numa rápida desterritorialização é rapidamente circunscrita sob um novo projeto de cidade. Tendo percorrido brevemente essa miríade de conceitos, vamos ao

encontro da afirmação de Deleuze e Guattari (1996) quando dizem que a cidade é segmentarizada social e espacialmente.

A cidade dos temidos

As memórias das notícias de jornal que antecipavam a chegada dela àquele serviço, localizado nas proximidades do Complexo da Maré, remetiam a imagens que comumente incluíam cenas de violência explícita e simbólica. Logo ao chegar, ainda na rua, lançava mão de seu crachá que tinha a função de identificá-la como profissional de saúde do município. Abotoado sobre o peito feito um escudo, ainda no trajeto entre casa e trabalho, o crachá denunciava o medo que habitava seu imaginário e aludia ao imaginário subsequente de que o crachá, a identificação que produz identidade, poderia defendê-la de um risco qualquer.

Da confusão das ruas principais da Maré às ruas quase soturnas em torno da unidade de saúde, temia a violência que ali poderia se deflagrar em muitas expressões distintas: a bala perdida, o assalto, a violência sexual, a agressão física. Tudo o quanto poderia imaginar lhe causava medo. Medo que a fizera inicialmente realizar um trajeto mais longo de chegada ao serviço, mas que a protegeria de passar pela Rua dos Regenerados, rua deserta de casas, com galpões e calçadas onde moravam muitos dos que seriam atendidos mais tarde no CAPS. Ela não poderia imaginar que logo a rua da regeneração iria emergir não só como lugar do medo e do perigo, mas também como ponto de encontro com os usuários e espaço de produção de vida, saúde e cuidado.

Mizoguchi (2009) considera que entre os diversos fatores que enrijecem o processo de segmentação das cidades, o medo desponta como estratégia fundamental de modo que a cidade torna-se o lugar do perigo. Deleuze e Guattari (1996, p. 86) afirmam que “a administração de uma grande segurança molar organizada tem por correlato toda uma microgestão de pequenos medos, toda uma insegurança molecular permanente”. Nas cidades diversos medos se desdobram: medo da violência, medo da polícia, medo de bandido, medo do desconhecido, medo de perder a segurança e etc. Para Mizoguche (2009) todos estes se

organizam em torno de um denominador comum: medo de perder a vida, vida na sua dimensão biológica. Para administrar os pequenos medos inventa-se na cidade uma horda de temidos ao mesmo tempo em que funda a ideia de que uma boa cidade é uma cidade segura. Em meados de 2013, a mídia começou a exibir quase que diariamente imagens de pessoas que circulavam de modo peculiar pela extensa Avenida Brasil.

As apresentações tinham mais ou menos o mesmo formato: às bordas do complexo de favelas da Maré, as imagens mostravam pessoas sob o signo de usuárias de crack. Sujas e maltrapilhas, atravessavam a avenida por entre os carros e, segundo os apresentadores do telejornal, colocavam-se em risco e, sobretudo, ofereciam risco aos motoristas. Ofereciam risco porque, sob o efeito de drogas, deve-se duvidar de seu discernimento. Tornavam-se fortes candidatos a praticar furtos ou assaltos. Se o *marketing* atua no sentido de tornar invisível o indesejável do produto, porque então a mídia começa a reproduzir exaustivamente estas cenas nos telejornais? A Avenida Brasil é uma das principais vias de acesso à cidade (e ao centro da cidade) do Rio de Janeiro. Por ela circula diariamente um fluxo intenso de pessoas, veículos e mercadorias. Nessa condição também é porta de entrada para os desejados visitantes/ consumidores da cidade olímpica/cidade-mercadoria. Exibindo corpos sujos e maltrapilhos, evocando as insígnias da mazela, as imagens dos ditos usuários de crack borram a imagem de cidade “integrada, inclusiva e de todos”, celebrada pelo projeto olímpico. Estariam, desse modo, como ruga para a pretendida lisura da cidade?

No ano anterior, em 2012, o governo do estado do Rio de Janeiro aderiu ao programa do governo federal “Crack, é Possível Vencer”. Este programa trata-se de colaboração entre as três esferas de governo: federal, estadual e municipal. Em documento disponibilizado em portal eletrônico do governo federal, lê-se que o programa estabelece como objetivo principal o aumento da oferta de cuidado em saúde aos usuários de drogas e a criação de estratégias para enfrentar organizações criminosas, propondo ações que envolvem, de modo mais direto, as políticas de saúde, assistência social e segurança pública e, de modo complementar, ações de educação e garantia de direitos. Assim, segundo este documento, as ações foram divididas em três eixos: cuidado, autoridade e prevenção.

O eixo prevenção pretende estimular práticas preventivas para minimizar fatores de risco, atuando principalmente através de ações educativas. O eixo cuidado trata da estruturação da rede pública de atenção à saúde e assistência social, incluindo serviços especializados. Por fim, o eixo autoridade articula forças de segurança pública para atuar em duas frentes: reprimir a comercialização de drogas ilícitas e ações do crime organizado e articular estratégias de atuação da polícia para criar espaços comunitários seguros na cidade. Segundo informações disponíveis no *site* da prefeitura¹⁴, no Rio de Janeiro foi criada uma comissão de coordenação do programa, integrada pelas secretarias de Assistência Civil e Direitos Humanos, Saúde, Segurança e Educação. Deste modo abrange diversos setores sociais que respondem de modos distintos a mesma demanda.

Essa conjuntura implicou no direcionamento de verbas para a abertura de novos serviços especializados no cuidado de pessoas com necessidades relacionadas ao uso de álcool e outras drogas, os Centros de Atenção Psicossocial Álcool e Outras Drogas (CAPS AD), conforme está previsto na atual política de saúde mental do Ministério da Saúde, o que irá culminar - e nos levar de volta - àquele Abril de 2014. O CAPS AD é inaugurado num bojo de estratégia em diversos setores para conter aquele modo de circulação ao longo da Avenida Brasil, atendendo deste modo a um projeto que engendra segmentos de ordenação da cidade. O CAPS surge como mais um aparato através do qual o Estado tenta efetuar normas que segmentam os corpos e os espaços, controlam, regulam e organizam os modos de ser e estar na cidade.

Deste modo, é possível que um serviço de saúde na Rua dos Regenerados nos dê algumas pistas ou coloque em evidência as forças que segmentam a cidade? Os eventos no cotidiano deste serviço reificam ou escapam dos processos de segmentarização dura? Agitam os segmentos ou os traduzem? Ou ainda: os eventos no cotidiano deste serviço reificam o projeto de cidade ao mesmo tempo que fazem operar linhas de fuga? Tomaremos nesta análise dois dos segmentos eleitos como eixo do programa federal: cuidado e segurança, de modo a tencioná-los e tomá-los um na relação com o outro.

¹⁴ Publicação de 13/04/12. Disponível em: <http://prefeitura.rio/web/smds/exibeconteudo?id=2743109>

III

A rua como índice de regeneração da cidade.

A reforma de Pereira Passos e as promessas de civilização.

João do Rio, heterônimo de Paulo Barreto, cronista do início do século XX, atuante entre Fevereiro e Março de 1904, dedicou-se a flunar¹⁵ pelas ruas do Rio de Janeiro. Em sua obra a cidade é protagonista, representante bélica e ideológica do apogeu do projeto republicano em que a rua desponta como símbolo da modernidade idealizada nesta nova organização do Estado e do corpo social. Em “A alma encantadora das ruas”, João do Rio afirma que:

“Nas grandes cidades a rua passa a criar o seu tipo, a plasmar a moral dos seus habitantes, a inocular-lhe misteriosamente gostos, costumes, hábitos, modos, opiniões políticas. Vós todos deveis ter ouvido ou dito aquela frase: - Como estas meninas cheiram a Cidade Nova!

Não é só a Cidade Nova, sejam louvados os deuses! Há meninas que cheiram a Botafogo, a Haddock Lobo, a Vila Isabel, como há velhas em idênticas condições, como há homens também. A rua finalmente cria seu tipo urbano como a estrada criou o tipo social. Todos nós conhecemos o tipo do rapaz do Largo do Machado: cabelo à americana, roupas amplas à inglesa, lençinho minúsculo no punho largo, bengala de volta, pretensões às línguas estrangeiras, calças dobradas como Eduardo VII e toda a *snobopolis* do universo. Esse mesmo rapaz, dadas idênticas posições, é no largo do Estácio inteiramente diverso. As botas são de bico fino, os fatos em geral justos, o lenço no bolso de dentro do casaco, o cabelo à meia cabeleira com muito óleo.” (JOÃO DO RIO, 2008, p. 41)

Na Rua dos Regenerados se erguem enormes muros que guardam pequenas e grandes empresas, galpões, garagens. Há também os muros menores, o ferro-velho, a carvoaria, as casas. E agora um novo muro, mediano e com a fachada em branco e azul, sobre o qual ninguém sabia muito bem, nem pelo lado de

¹⁵ A figura do *flâneur* se desenvolve no cerne do surgimento das grandes cidades modernas. O *flâneur* se expõe à experiência da alteridade radical com a multidão que irá se inventar junto com o desenvolvimento dos centros urbanos, na rua, no trânsito, na convocação ao passeio público que viria a se configurar como lugar de encontro e de conflito (JACQUES, 2012). João do Rio (2008, p. 32) define: “flanar é a distinção de perambular com inteligência”, pois o *flâneur* detém no caminhar certa atenção aos acontecimentos da cidade.

fora e nem pelo lado de dentro. Em um letreiro o emblema CAPS AD. Na Rua dos Regenerados havia os que moravam nas casas e os que moravam nas calçadas. Logo no início da manhã, na rua ainda quase deserta, os que moravam nas casas passeavam com o cachorro, partiam apressados talvez rumo a escola ou ao trabalho. Nas portas desejavam bom dia enquanto acompanhavam curiosos o andar da moça empunhada de seu crachá. Os da calçada, em geral, dormiam, intoxicados ou não. Ao seu lado repousavam também seus cachorros. Para dormir ali organizavam-se em dois grupos distintos, cada um deles regido por uma espécie de líder. Cada grupo em uma esquina diametralmente oposto em relação ao outro. A um destes líderes chamaremos Sentinela. Sentinela organiza a rua, obedece e repassa as regras do Grande Chefe, assim como responde a ordens que vêm de organizações criminosas existentes na Maré.

Passadas as primeiras horas da manhã, os que moram na rua começam a se aglomerar em frente ao muro branco mediano. Muitos chegam sujos, quase todos maltrapilhos, carregam sacolas, cobertores, sacos com o lixo coletado a ser vendido mais tarde. Há os visivelmente embriagados, os que urram de fome, os que se sentam na calçada e apenas esperam. Outros decidem esticar o sono ali mesmo e abrem lençóis e pedaços de papelão.

Quando o serviço abre para receber aqueles que não estiveram em acolhimento noturno e que são cuidados dentro do serviço diuturnamente, o trânsito entre o dentro e o fora do serviço se intensifica. Usuários entram e saem da Unidade, fazendo acordos ou burlando as regras, adentrando através do portão ou pulando o muro. Ao longo do dia alguns se arriscam. Fazem uso de drogas a luz do dia em locais proibidos na rua. Vez ou outra arranja-se uma briga por causa de dívidas. Outros se arriscam ainda mais praticando pequenos furtos e são rapidamente cobrados por Sentinela ou, a depender, pelo próprio Grande Chefe. Sofrem punições, comumente marcadas no corpo pela violência física, que pode ser aplicada também pelos demais moradores incluídos nesta organização.

Entre eles há um código próprio que ordena os modos de estar naquela rua. Algumas vezes espalha-se para dentro do CAPS pelas frestas. Em outras, arromba as portas, assim como numa manhã quando o Grande Chefe invade o serviço e faz ameaças de morte a um usuário que havia feito uso de uma droga específica em um horário e local não permitido na rua. Já para o final do dia, monta-se outro cenário: na rua quase deserta ouve-se poucos passos, quase sempre apressados. Nas

casas quase nenhum barulho. Nas calçadas, sozinhos ou em pequenos grupos, diferentes práticas de intoxicação.

No dia 9 de Janeiro de 2013 o canal do *site You Tube* publicou um vídeo em que uma agente comunitária de saúde aparece explicitando seu cotidiano de trabalho. A mulher finaliza sua apresentação dizendo: “Ajudar a transformar o lugar que você mora, a rua que você vive...você consegue transformar a cidade. O Rio de Janeiro é a Cidade Olímpica para todos”. A agente comunitária afirma a rua como lugar de feitura da cidade. Na montagem deste quadro quais vozes falam no apelo para se transformar a cidade? Que transformação é essa tão desejada? Quem deseja e para onde caminha?

Para Baptista (2003), na cidade nada está definitivamente concluído ou perdido, e por isso pode ser tomada como zona de guerra em que enfrenta-se os estados de miserabilidade, traduzidos principalmente pelo esgotamento e paralisia ante os códigos dominantes ordenados pelo capital. Se a cidade é a zona de guerra, estaria aí a rua como *front* de batalha onde se intensificam as disputas? Todas as ruas e os tipos que ela cria têm esse caráter ?

À época de João do Rio, nos idos anos de passagem do século XIX para o século XX, quando então o Brasil deixou de ser uma monarquia europeia deslocada de seu continente para enfim fazer-se República, a rua figurou como via de acesso principal para a almejada modernidade que urgia no projeto republicano: fazer da cidade do Rio de Janeiro, então capital, imagem especular dos grandes centros urbanos tais quais as cidades europeias, principalmente a Paris de Geogers Haussmann, que foi tomada como paradigma de cidade moderna.

Nomeado por Napoleão III- prefeito do Departamento de Seine entre 1863 e 1870- Georges Haussmann foi responsável pela transformação da Paris daquele século em modelo de metrópole industrial moderna a ser imitado em todo o mundo ocidental. As intervenções urbanas realizadas por Haussmann se dirigiram principalmente ao tripé saneamento, abertura de ruas e embelezamento. O projeto de Haussmann executou a abertura de doze avenidas em torno do arco do triunfo e

realizou a construção de suntuosos edifícios públicos com fachadas uniformes em ambos os lados.

Para construir o monumental conjunto de *Boulevard* no centro de Paris, o engenheiro erradicou inúmeros quarteirões de casas populares em bairros caracterizados principalmente pelas ruas estreitas e tortuosas, e que outrora foram importante campo de batalha das guerras de barricadas do proletariado parisiense de 1848 (BENCHIMOL, 1992). A ideia de saneamento urbano, na reforma proposta por Haussmann, incluía favorecer uma nova ordem social, objetivando, sobretudo, controlar o espaço urbano de modo a viabilizar a nova organização de cidade burguesa.

"O plano de Haussmann tinha como uma de suas estratégias principais a neutralização do proletariado revolucionário de Paris (...). Na exposição de motivos de seu plano, manifestava o propósito de 'isolar os grandes edifícios, palácios e quartéis, de maneira que resultem mais agradáveis à vista, e que permitam acesso mais fácil nos dias de celebração de atos, e simplifiquem a defesa nos momentos de revolta'. As novas Avenidas facilitariam o rápido acesso e movimentação das tropas pela cidade". (BENCHIMOL, 1992, p. 193)."

Haussmann transformou o *Boulevard* num paradigma urbanístico do início do século XX, Transformou-o no passaporte de ingresso na modernidade, fez nele encarnar o grande símbolo da civilização. A atenção atribuída ao *Boulevard* respondia a nova demanda de circulação gerada pelo desenvolvimento industrial e ascensão do modelo capitalista. As grandes avenidas passaram a assumir importante função na economia das cidades, em função disso "Haussmann deu-lhes o caráter de grandes artérias, para atender ao tráfego pesado e articular os principais terminais de circulação da força de trabalho e das mercadorias no centro comercial" (BECHIMOL, 1992, p. 193). Outra novidade atribuída ao modelo de cidade preconizado pelo francês foi a abertura das praças para uso do grande público, estas até então eram espaço de práticas de lazer restrito aos membros da aristocracia. Além disso, as obras empreendidas por esse projeto incluíram a construção de mercados públicos, estações, quartéis, canalização de água e esgoto e etc.

Em terras tropicais, no frenesi do novo século, o engenheiro Pereira Passos, testemunha ocular do processo de modernização da capital francesa, também sonhou, embalado pelas mãos do então Presidente Rodrigues Alves (1902-1906), um ideal de cidade: "O Rio civiliza-se!", bradavam. Nomeado prefeito pelo então

presidente da República, Pereira Passos assumiu a prefeitura da cidade do Rio de Janeiro em 3 de Janeiro de 1903, cargo que ocuparia até o ano de 1906. Pereira Passos ficou conhecido como "prefeito do bota abaixo", e inspirado pelo ideal Parisiense de cidade levou o sonho de modernidade até às últimas consequências. Traçou um plano de modernização da cidade do Rio de Janeiro nos mesmos moldes que Haussman - visando o melhoramento, saneamento e embelezamento - com o intuito de transformar a cidade colonial considerada suja, pestilenta e sem conceito estético em uma metrópole civilizada e regenerada, sonhada para além-mar, em outro continente (O'DONEEL, 2008).

Seguindo os postulados de Hassumann, Pereira Passos fez da abertura da Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, o maior e mais emblemático projeto de sua gestão. A Avenida Central ligaria as avenidas do cais à beira-mar, cumprindo seu mandato de facilitar a circulação de pessoas e mercadorias, intensificada desde a abertura dos portos. Era preciso alargar as ruas e para tanto fazia-se necessário extinguir tantas outras que, com suas sinuosidades, deflagravam e favoreciam a desordem. Para as ruas pretendia-se uma nova estética que inclui a modernização de suas fachadas. Deste modo as moradias coletivas e populares que ocupavam os grandes sobrados, construções simples e sem conceituação estética, localizados no centro da cidade, foram gradativa e violentamente sendo desapropriadas para ceder lugar a suntuosas instalações de prédios públicos como o majestoso Teatro Municipal, a Escola de Belas Artes, a Biblioteca Nacional, o Supremo Tribunal Regional, entre outros. Ali se instalaram também os principais jornais, estabelecimentos comerciais, os hotéis, as grandes companhias e casas comerciais. (O'DONNEL, 2008; O RIO..., 1977).

Ainda que o processo de urbanização da cidade do Rio de Janeiro só tenha ganhado força com a instituição do projeto republicano, pode-se dizer que a vinda da família real para o Brasil, em 1808, foi um marco importante no quadro de forças que impulsionou o início deste processo, visto que esta mudança forçou a abertura dos portos brasileiros- até então submetidos à alfândega portuguesa- ao comércio internacional, o que teve por consequência o aumento do volume de mercadorias e pessoas que transitavam pelas ruas. No Brasil-colônia de bem pouco antes, as ruas da cidade e os espaços públicos eram ocupados pelos homens donos de propriedades, escravos de ambos os sexos, vendedores ambulantes, meretrizes e os chamados vagabundos. (O'DONNELL, 2008).

No início do século XX ainda persistia no Brasil uma organização oligárquica e patriarcal. A grande maioria da população se concentrava no campo e, em alguma instância, estava vinculada ao senhor de engenho que exercia seu poderio sobre a família (a mulher, os filhos), até bem pouco tempo antes sobre os escravos e agora sobre os migrantes trabalhadores. Nesta organização era a figura do senhor – pai, marido, patrão – que regulava o fluxo de circulação entre as grandes fazendas e os núcleos urbanos que acabavam por funcionar como extensão do território de poder dos grandes proprietários rurais. Portanto, mesmo com a Proclamação da República alguns anos antes das gestões de Rodrigues Alves e Pereira Passos, as relações estabelecidas no âmbito da cidade, bem como seu uso, se balizavam pela herança dos valores coloniais. Foi somente a partir da segunda metade do século XIX que se intensificou o processo de ocupação e conseqüente crescimento das cidades (O'DONNEIL, 2008)

Na virada do século o Rio de Janeiro já se tornara o maior centro populacional do país. Além disso, despontava como o décimo quinto porto do mundo em volume de comércio; sediava tanto o Banco do Brasil quanto a maior bolsa de valores do país. Ao mesmo tempo em que recebia recurso da economia cafeeira, cresciam cada vez mais os investimentos financeiros advindos do comércio e das, ainda incipientes, aplicações industriais. A cidade era também o núcleo da rede ferroviária que ligava as regiões Sudeste, Norte e Nordeste. Foi assim se configurando como centro econômico e político do país. No entanto, o antigo cais do porto não possuía estrutura para suportar a intensificação do comércio internacional, já que não comportava os grandes navios vindos do exterior. As ruas sinuosas e sem planejamento dificultavam a circulação de mercadoria entre porto, rede ferroviária e pontos comerciais. Nas áreas pantanosas concentravam-se focos de infecção por doenças como febre tifoide e varíola. Tal quadro urbano em nada condizia com a ideia de cidade moderna capaz de atrair investimentos de capital estrangeiro, como pretendia a recém cidade republicana (IDEM).

Para fazer do Rio de Janeiro uma cidade-capital nos moldes europeus era preciso submetê-la aos imperativos da regeneração, da modernidade e do desenvolvimento calcados no mote civilizatório como meio de instituir no cotidiano da cidade o “espírito” do novo regime. Nesse contexto, o Rio de Janeiro deveria funcionar para o restante do Brasil como um espelho irradiador de princípios e

valores e, a nível mundial, funcionar como uma fotografia de um país apto a ser inserido na nova ordem econômica.

Diferente do que aconteceu com as capitais europeias cujos processos de urbanização ocorreram a partir da revolução industrial, no Brasil o processo de urbanização não se deu a partir de uma demanda social, mas pelo imperativo da "regeneração" da cidade que respondia antes a um ideal de civilização idealizado para atender a nova organização econômica e a nova classe burguesa. Assim a construção da malha urbana carioca foi fortemente marcada pelo interesse do estado em romper com a tradição do passado colonial e tornar-se atrativo aos olhos dos investidores estrangeiros (IDEM).

O projeto europeu de civilização, a invenção da cidade moderna, era imposto ao habitante carioca não só como proposta de uma nova estética e organização de cidade, mas também como novo estilo de vida. A cidade colonial, construída sem planejamento e ignorando os princípios de salubridade, assumiu a insígnia de cidade atrasada, antiestética, suja e doente, a ser combatida. Discurso que sustentou os projetos de regeneração estética e sanitária que apostavam que a ordenação dos espaços urbanos suscitaria novos costumes e produziria efeitos em diversos âmbitos da vida cotidiana na cidade. João do Rio parece reconhecer na rua este mandato:

“(...) A rua é um fator da vida das cidades, a rua tem alma! Em Benares ou Amsterdão, em Londres ou Buenos Aires, sob os céus mais diversos, nos mais variados climas, a rua é agasalhada da miséria. Os desgraçados não se sentem de todo sem o auxílio dos deuses enquanto diante dos seus olhos uma rua abre para outra rua. (...) A rua é transformadora das línguas(...). A rua continua matando substantivos, transformando a significação dos termos, impondo aos dicionários as palavras que inventa, criando o calão que é patrimônio clássico dos léxicos futuros. A rua resume para o animal civilizado todo o conforto humano(...). Por que nascem elas? Da necessidade de alargamento das grandes colmeias sociais, de interesses comerciais, dizem. Mas ninguém o sabe. Um belo dia, alinha-se um tarrascal, corta-se um trecho de chácara, aterra-se lameiro, e aí está: nasce uma rua. Nasceu para evoluir, para ensaiar primeiros passos, para balbuciar, crescer, criar uma individualidade”. (JOÃO DO RIO, 2008, p. 29-33)

A Avenida Central, atual Avenida Rio Branco, feito um presente, foi entregue ainda inacabada à população durante os festejos de aniversário da proclamação da República no ano de 1905. Junto com sua primeira grande avenida, a cidade recebeu seu primeiro trecho da iluminação elétrica pública. Era como se gritassem:

“Vamos à rua!”. Foi inaugurada com 1800 metros de comprimento e 33 metros de largura, dos quais 7,5 metros foram destinados aos passeios laterais. A abertura da Avenida Central implicou na demolição de centenas de moradias populares e coletivas que abrigavam a população mais pobre. Em publicação da prefeitura (1977) sobre a evolução urbanística da cidade, consta que para a construção dessa avenida aproximadamente 700 prédios foram demolidos, porém O'Donnell (2008) afirma que este número chegou a somar aproximadamente 1600 moradias, portanto, mais que o dobro.

As grandes avenidas surgem convocando a burguesia a tomar o passeio público de modo que, na nova organização da cidade, o lugar dos encontros sociais passará do íntimo do lar, ou seja, do lado de dentro da casa grande, para outros espaços de sociabilidade inventados nas ruas: os cafés, as lojas, as calçadas. Inventando, deste modo, outros hábitos e outros modos de relação e circulação cidadina.

“A nova classe urbana saía de seus salões e varandas para ganhar as ruas (principalmente a Avenida Central e a rua do Ouvidor), numa torrente de estímulos que se alargava noite adentro na incessante coreografia da avenida Central. Pedestres, *chauffeurs*, automóveis, bondes, bengalas e vestidos se interpunham entre as damas e cavalheiros que, entregues aos fascínios do moderno, faziam viver a República no âmago do seu projeto: o espaço público.” (O'DONNELL, 2008, p. 60).

A construção da Avenida Central interviu sob a paisagem do centro do Rio de Janeiro, que caracterizava-se pelas ruas estreitas, com prédios disformes onde funcionavam oficinas, pequenas fábricas, cortiços, casas, estalagens, hospedarias. As moradias, em sua grande maioria, eram coletivas. Assim, o centro era ocupado principalmente pela classe trabalhadora que ia se formando e sendo composta pelos imigrantes e negros libertos, ou seja, a população mais pobre. A abertura da Avenida Central expulsou essa população para longe do centro da cidade, realizando além do saneamento urbano um saneamento social (BENCHIMOL, 1992). O convite bradado pelas autoridades era dirigido à nova classe burguesa, convidada a tomar seu espaço no passeio público. Uns eram convidados à rua, outros expurgados dela.

“Com a Av. Central, ganhou a cidade do Rio de Janeiro a sua mais importante artéria, na zona central. Modificou por completo os hábitos e aspectos da cidade. De colonial que era, passou à cidade moderna de hoje. Sua influência no comércio foi decisiva. As melhores casas comerciais foram ali instaladas. Os jornais construíram seus prédios monumentais. As

grandes companhias, clubes, hotéis e vários edifícios do Governo (...) foram nela localizados". (O RIO..., 1977).

Retomar estes acontecimentos históricos não implica inquirir o passado para arrancar dele determinações que possam explicar o presente, tampouco buscar uma origem indentitária para o projeto de cidade "Rio: Cidade Olímpica". Embora não nos movamos na direção de construir uma genealogia para este projeto de cidade, fazemos aqui, ao recorrer a história, um uso genealógico destes acontecimentos, buscando, de acordo com as recomendações de Foucault (1992; 1999; 2006), demorar-se nas singularidades dos acontecimentos não a fim de atribuir-lhes uma curva de evolução, mas para marcar as diferentes cenas em que assumem papéis distintos e, assim, assinalar suas lacunas e descontinuidades. Não para estabelecer relações hierárquicas de valor e verdade entre eles, mas para ouvir deles suas clivagens, as lutas, as forças, os saberes e sistemas de produção de verdade que tornam possível determinada prática em determinado tempo histórico.

Foucault (2006) afirma que realizar análise das práticas significa escrever as contingências que as tornam aceitáveis. Por prática o autor toma um regime que encadeia o que se faz e o que se diz do que se faz, deflagrando aí as regras que se impõem e as razões que se dão, regulando assim as condutas e realizando prescrições. Neste sentido não pretende-se buscar na história linhas de continuidade das práticas, mas justamente onde percutem práticas vizinhas, interrogar as rupturas de onde emergem as singularidades. A primeira grande reforma urbanísticas do Rio de Janeiro interpela o projeto de cidade contemporânea?

Práticas de cuidado e controle urbano à Luz da medicina social.

No plano de melhoramento de Pereira Passos já são notáveis práticas prescritas pela apropriação da cidade pelo discurso científico, que na segunda metade do século XIX viria a constituir o Urbanismo, definindo a cidade como objeto de um saber específico e por isso passível de manipulação através da criação e sistematização de métodos e modelos. O Urbanismo surge como tentativa de reter, de acordo com os interesses do capital, o processo de transformação tecnológica, econômica e demográfica que despontavam nos centros urbanos. Pechman (2002)

afirma que a grande “virtude” do urbanismo é criar modelos abstratos que determinam o que pode e deve ser uma cidade a fim de reproduzir um modelo de cidade ideal. Ao produzir um saber científico em torno da cidade burguesa do século XIX, o urbanismo atribuiu o “estado de degeneração da saúde física e moral”, em que se encontrava grande parte da população que vivia nas cidades, à desordem urbana. Assim o urbanismo instituiu práticas de ordenamento espacial que iria encontrar na medicina social forte aliado” (PECHMAN, 1994).

A medicina social desloca da doença para a saúde o objeto de interesse da medicina. Isso implica dizer que além de responsável pela cura do sujeito acometido por uma doença, a medicina passou a interessar-se pelas causas das doenças, assumindo a partir de então o mandato de traçar estratégias de intervenção que visam impedir e controlar seu aparecimento. Assim passou a incorporar às suas práticas a ideia de prevenção. Então o saber médico, ao invés de dirigir-se somente ao corpo doente, agora dirige-se também ao meio ambiente. Tomando-o ao mesmo tempo como fonte de acometimento de doenças e facilitador do processo de cura, a medicina incorpora outras áreas de conhecimento, como a geografia, demografia, história e matemática; para realizar estudos estatísticos que auxiliam na observação e análise do meio ambiente e do espaço, a fim de localizar o perigo e organizar dispositivos de ação sobre ele. Nesta perspectiva, além de produzir conhecimento sobre as doenças, a medicina passa a investigar as condições climáticas, a água, o solo, o ar e etc. (BRNCHIMOL, 1992; MACHADO et al, 1978).

Ao tomar o meio ambiente como origem causal das doenças, a medicina social irá localizar este perigo no meio urbano, responsabilizando a desordem social - consequência direta do crescimento espontâneo, isto é, do crescimento desregulado das cidades - pela degeneração da saúde. Deste modo a saúde é tomada como problema social que requer intervenção das autoridades, que assumem a responsabilidade de preservá-la. Saúde/ doença torna-se um problema da esfera pública e não mais particularizado entre o médico e o doente. Além de um processo de higienização da cidade, com essa nova política a medicina social instituiu a normalização do próprio saber e prática médica. É deste processo que decorre a legitimação das faculdades de medicina que, dentre outros efeitos, irá arrematar sob a figura do médico o poder sobre a saúde/doença, desqualificando com isso as práticas populares que passaram a ser identificadas como charlatanismo. A medida que a medicina se organiza como poder político, é tomada

pelo então novo modo de organização da máquina do Estado como um braço operador de medidas que regulam, organizam e controlam as relações no cotidiano da jovem República (MACHADO et al, 1978).

A medicina social irá investir no projeto de polícia médica, cujo termo é possível atestar desde a metade do século XVIII. A polícia médica consiste na sistematização da normalização das práticas e saber médico; cria uma organização administrativa, a nível de ministério, com objetivo de controlar as ações médicas; nomeia funcionários médicos a serem responsabilizados pelos níveis de saúde de determinada região; realiza ações como medição das taxas de morbidade e mortalidade. Segundo Machado et al (1978, p. 257- 258):

“O conceito de polícia médica- que teve grande destaque durante todo o século XIX e esteve presente em vários documentos da sociedade de medicina, em teses de doutorado e em artigos e conferências dos principais promotores da luta para dar a medicina um estatuto político- expressa claramente o fato de a medicina social estar ligada, de modo intrínseco, a uma ação permanente de controle. O médico não é apenas alguém que possui uma técnica, conhece os grandes tratados teóricos, observa e, portanto, detém um saber. É também uma autoridade, alguém que intervém: decide, executa, fiscaliza e pune. Intervir na sociedade é policiar tudo aquilo que pode ser causador da doença; é destruir componentes do espaço social perigosos, porque causadores de desordem médica; é transformar a desordem em ordem, através de um trabalho contínuo e planificado de controle da vida social.”

Deste modo a polícia médica fundava-se na defesa de um perigo a ser combatido, presente, sobretudo, nas cidades. Valendo-se então das práticas de higienização pública que pretendiam realizar também uma higienização da sociedade, a medicina social condenou as moradias pobres e coletivas que se proliferavam pelo centro da cidade. Identificavam-nas como insalubres, condição justificada pela má circulação do ar que, em conjunto com a aglomeração de pessoas, favorecia o contato desregulado e assim o alastramento de doenças.

“Os médicos condenavam sistematicamente os proprietários que não obedeciam a regras higiênicas na construção das casas, não instalavam canos, escoadouros e latrinas, deixavam acumular monturos e imundícies nos quintais e estrebarias (...). As interdições por eles formuladas estendiam-se a outros aspectos da estrutura material urbana e dos costumes e práticas tradicionais da cidade. Visavam tanto os proprietários como ao próprio governo” (BENCHIMOL, 1992, p. 117)

A medicina social toma a cidade como objeto de intervenção médica. A apropriação de seu arcabouço técnico-teórico pelo Urbanismo irá acarretar nas primeiras medidas para frear e controlar o crescimento urbano, de modo a subjugar e ordenar a cidade de acordo com as demandas do capital. Neste caldeirão de acontecimentos é que o Rio de Janeiro ganha sua primeira grande avenida que, além de encarnar os ares da cidade moderna e regenerada, expulsando do centro da cidade os mais pobres, cumpri uma importante função econômica e social. Para onde vão os pobres? Para qual parte da cidade?

Com o advento da cidade moderna a rua emerge como campo de batalha de disputas micropolíticas. Nas ruas da recém república disputava-se uma nova ideia de sociedade, forjava-se a condição de cidadão, confrontavam-se os valores simbólicos do espaço. A modernidade inventa a rua como o lugar do esbarrão, do conflito, das massas indiferentes. No discurso da agente comunitária ou nos escritos de João do Rio, a rua figura como importante agente transformador das cidades, tanto quanto funcionam como índice das disputas político-econômicas locais, que na atualidade tendem cada vez mais a refletir processos globais. No projeto urbanístico de Pereira Passos a rua emergiu como campo de disputa no que concerne a instituição da República como novo sistema político, econômico e social. Afastada dos grandes centros, mas à margem de uma das suas grandes vias de acesso, a Rua dos Regenerados abre um sulco no sonho da Cidade Olímpica e através dele faz escoar seus dejetos, a paisagem indesejada, imagem de cidade que não coincide com a cidade-mercadoria ou cidade global. Tal escoamento exige método e mobiliza equipamentos da urbe. Sendo o CAPS um destes equipamentos, que disputas o cotidiano de trabalho neste serviço pode deflagrar? O que este cotidiano coloca em evidência?

Práticas de cuidado e controle urbano à luz da biopolítica.

A transição do sistema político-econômico da Monarquia para a República mobilizou diferentes mecanismos e procedimentos de poder, fazendo surgir novos instrumentos e novas aparelhagens que viabilizam seu exercício. Para Foucault (1999) é preciso analisar esses mecanismos a partir da triangulação entre poder, direito e verdade. Para o filósofo é o sistema de produção de verdade que torna o

exercício do poder possível. A verdade produz a norma, discurso verdadeiro, engendrado nas relações de poder e dos quais necessita para funcionar.

“O poder não para de questionar, de nos questionar, não para de inquirir, de registrar, ele institucionaliza a busca da verdade, ele a recompensa (...). Afinal de contas somos julgados, condenados, classificados, obrigados a tarefas, destinados a uma certa maneira de viver ou uma certa maneira de morrer, em função de discursos verdadeiros.” (FOUCAULT, 1999, p. 29)

Foucault (1999) pensa o direito a partir dos procedimentos de sujeição que ele opera, pois considera que é em torno do problema da soberania que se organiza a teoria do direito, colocando em jogo a relação entre a legitimidade do direito de soberania e a obrigação legal da obediência. Para Foucault (1999, p. 31) “o papel essencial da teoria do direito, desde a idade média, é o de fixar a legitimidade do poder”. A estrutura jurídica do ocidente surge para justificar e ratificar o poder régio. Nos sistemas monárquicos, como o que se configurou no Brasil durante a maior parte do século XIX, o exercício do poder é condicionado a existência do rei, localiza-se em seu corpo. O soberano exerce o poder absoluto sobre a terra e seus produtos, extraindo de seus súditos bens e riquezas. Para isso o sistema jurídico sistematiza as obrigações tributárias, que no entanto assumem formas descontínuas, e atribui ao monarca o poder de vida e de morte. O poder sobre a vida é exercido na medida em que o soberano tem o direito de matar. A tradução disto não é que o soberano tenha o poder de “fazer viver”, mas de “deixar viver” e de “fazer morrer” (FOUCAULT, 1999).

Nos séculos XVII e XVIII começaram a despontar outras técnicas de poder em torno das quais viriam a se organizar os estados modernos do século XIX. Tais técnicas são fundamentalmente investidas no corpo e sobre o que ele faz. Ao invés de extrair do corpo bens e riqueza, dele irá extrair tempo e trabalho. Estes mecanismos funcionam de modo que o poder é exercido continuamente através das práticas de vigilância. Essa nova técnica não extinguiu o direito do soberano de “fazer morrer” ou “deixar viver”, mas acrescentou a este tipo de poder - ao se chocar contra ele e modificá-lo, complementá-lo - o direito de “fazer viver” e de “deixar morrer” (FOUCAULT, 1999).

Nas organizações dos Estados modernos, como o sistema republicano brasileiro estabelecido no final do século XIX, ocorre uma transformação drástica no contrato social. O direito de soberania é deslocado do rei para o corpo social, que

por sua vez exerce seu direito de soberania delegando-o ao Estado, este agencia um sistema de hierarquias e vigilâncias que compõem a tecnologia do poder disciplinar. As disciplinas são criadoras de aparelhos de saber em campos múltiplos do conhecimento. São produtoras de um discurso próprio que não necessariamente diz respeito a um conjunto de leis, mas a um conjunto de regras. Portanto, as disciplinas criam códigos que não se escrevem no sistema jurídico, mas circunscrevem uma gama de normas e prescrições quanto ao comportamento, as condutas, os desejos e etc. (IDEM)

A disciplina individualiza o sujeito, operando separações, classificações, alinhamentos e distribuindo-os no espaço. O poder disciplinar exerce seu controle sobre o desenvolvimento das ações, não sobre os seus resultados, por isso implica numa vigilância permanente e contínua que requer registros também contínuos e permanentes, que geram informações transferidas de acordo com o estabelecimento das hierarquias.

“No sistema clássico o exercício do poder era confuso, global e descontínuo. Era o poder do soberano sobre grupos constituídos por famílias, cidades, paróquias, isto é, por unidades globais, e não um poder contínuo atuando sobre o indivíduo. A disciplina é um conjunto de técnicas pelas quais os sistemas de poder vão ter por alvo e resultado os indivíduos em sua singularidade” (FOUCAULT, 1992, p.62).

Enquanto tecnologia de poder “a disciplina tenta reger a multiplicidade dos homens na medida em que essa multiplicidade pode e deve redundar em corpos individuais que devem ser vigiados, treinados, utilizados e eventualmente punidos” (FOUCAULT, 1999, p. 289). Às técnicas de poder disciplinar viriam se somar outro mecanismo que dirige-se a essas multiplicidades, no entanto, tomando-as como componentes de uma massa global submetida a uma série de processos próprios da vida, tais como nascimento, morte, adoecimento e etc. Para este novo mecanismo Foucault (1999) chama ‘biopolítica da espécie humana’, e nesta nova ordem o exercício do poder não se dirige ao homem-corpo, sujeito individualizado, agora se dirige a uma massa, que se trata do homem- espécie.

A biopolítica situa seu objeto de saber e suas práticas de controle nos fenômenos universais mais ou menos espontâneos que dizem respeito a massa de seres humanos. Assim observa os fenômenos de natalidade, morbidade, taxas de fecundidade, incapacidades biológicas diversas, desvios, processos de

adocimento, influências do meio, os acidentes. Para exercer poder sobre tais fenômenos a biopolítica lança mão de medições estatísticas, a fim de orientar as intervenções nos determinantes desses fenômenos, realizando assim os primeiros estudos demográficos. Enquanto as disciplinas agem sobre o corpo do homem enquanto individualidade, o biopoder traz à tona a noção de população, pois sua estratégia requer a observação dos fenômenos no âmbito coletivo, visto que é aí que se pode assinalar seus efeitos econômicos e políticos. O biopoder é uma tecnologia que se dirige a população, toma o homem enquanto ser vivo, daí a inversão do direito de soberania do rei de “fazer morrer” e “deixar viver”, em uma soberania do Estado que intervém para “fazer viver” através de regulações pautadas por um discurso científico (FOUCAULT, 1999).

No prisma do biopoder a população é tomada como problema político e científico, a doença é tomada como fenômeno de população. Ao invés de um mal que se arrebate sobre o corpo tomando abruptamente a vida, como guardava a herança das grandes epidemias dos séculos anteriores, a doença agora será tomada como ameaça permanente de morte, que diminui e enfraquece a vida. É no seio deste sistema de discurso de verdades que a medicina irá encontrar condições para legitimar uma medicina cuja principal função é produzir, favorecer e vigiar a higiene pública, privilegiando a cidade como espaço de intervenção, ou seja, a medicina social. “Fazer viver” é intervir na maneira de viver e no “como” da vida. A medicina social reuni tanto as estratégias do poder disciplinar como estratégias do biopoder, intervindo sobre o indivíduo e sobre as populações a fim de instituir medidas preventivas que regulem os fenômenos das massas. Do mesmo modo apropria-se das instituições de assistência, que eram até o século XVIII tradicionalmente vinculadas às igrejas, para fazer agir nelas mecanismos sutis e racionais de controle, que são socialmente apresentados como medidas para promover e assegurar o bem-estar da população (FOUCAULT, 1999).

As técnicas disciplinares e biopolíticas engendradas em certo tempo histórico continuam a recortar as sociedades contemporâneas. Atualizam-se assumindo diferentes formas, acionando diferentes e múltiplos mecanismos, atores e cenários. A cidade persiste como lugar de destino, onde estratégias de controle são investidas e onde se produzem também linhas de fuga. Sob a lente do projeto “Rio: Cidade Olímpica” a cidade é tomada no olho do furacão das disputas socioeconômicas que fazem mover maquinários de segmentarização da cidade.

O “problema” do crack ou a “epidemia” do crack, como é comumente denominado nas grandes mídias, configura um perigo a ser combatido nos grandes centros urbanos, à luz do dia e ignorando a ordem estabelecida para os modos de circulação pela Avenida Brasil. Por oferecer risco aos “cidadãos de bem”, os usuários de crack são tomados como uma massa de indivíduos “prejudicados” pelo uso da droga, em decorrência do que sua sanidade mental é posta à prova. Por isso são pessoas que devem ser submetidas a uma especialidade de tratamento que diz respeito a intervir nos processos de saúde- doença legitimados através de práticas de diagnóstico, prevenção e cura.

O campo da saúde mental, entre outros, é uma área de produção de conhecimento que se constitui num processo complexo e que só pode ser compreendido a partir do entrelaçamento das dimensões técnico- conceitual, técnico- assistencial, jurídico-político e sociocultural (AMARANTE, 2007), que também organiza discursos e práticas acerca do usuário de crack e/ou outras drogas. É no corpo de profissionais e usuários, nos encontros, que as disputas estabelecidas no seio deste campo se atualizam; disputas de práticas e discursos verdadeiros: do campo em relação às outras áreas de conhecimento e em relação a ele mesmo. O CAPS, enquanto uma instituição de saúde, é também lugar de disputa de discursos científicos e saberes sobre crack, saúde e cidade.

Historicamente o campo da saúde mental, no Brasil, trava um embate com a lógica assistencial à pessoa em sofrimento psíquico, que predominou no país até o final da década de 80, quando então predominava o discurso psiquiátrico sobre a loucura (AMARANTE, 2007). No Brasil, a internação por tempo prolongado em hospital psiquiátrico foi construída basicamente em torno do discurso do saber psiquiátrico que afirmava que o louco, devido sua condição de “alienação mental”, oferecia perigo para si mesmo e para os demais, portanto, deixá-lo viver “livremente” na cidade representaria risco social e, em contrapartida, somente o enclausuramento desse sujeito, separando-o do convívio social e submetendo-o a disciplina hospitalar e ao saber médico, poderia reestabelecer a “ordem” mental. Deste modo o isolamento social constituía-se como princípio do tratamento. Com isso, de uma maneira geral construídos longe dos centros urbanos, os hospitais psiquiátricos foram constituindo-se como lugar de violência institucional e sistematizada, além de destino comum não só para os considerados loucos, mas a

outros tipos de “indesejados sociais”, como mendigos, bêbados e prostitutas (AMARANTE, 2007).

Opondo-se a essa lógica, o movimento social conhecido como Movimento da Reforma Psiquiátrica brasileira - formado pela sociedade civil e constituído por profissionais de saúde, usuários, familiares e voluntários - elaborou e estruturou uma série de críticas ao predomínio de tais práticas. No final da década de 80 o movimento ganhou força e, alimentado pelo caldeirão do processo de redemocratização do país, fundamentou-se, sobretudo, na construção da ideia do sujeito de direitos que destrincha-se no direito de acesso a trabalho, esporte, estudo, lazer cultura, convívio familiar, por fim, o direito à cidade. O processo de Reforma Psiquiátrica brasileira inspirou-se em processos similares em outros países do mundo, dentre eles pode-se destacar como principal referência nacional o modelo adotado pela psiquiatria democrática italiana, que irá introduzir a noção de território, propondo a regionalização da assistência. De acordo com o referencial teórico-prático deste movimento, o território não diz respeito apenas a localizar o bairro de moradia do sujeito a ser cuidado, mas “ao conjunto de referências socioculturais e econômicas que desenham a moldura de seu cotidiano, de seu projeto de vida, de sua inserção no mundo” (DELGADO apud TENÓRIO, 2002, p. 32).

A experiência italiana orientou-se pela superação do aparato manicomial que compreende não só a estrutura física dos hospitais psiquiátricos, mas também “o conjunto de saberes e práticas, científicas, sociais, legislativas e jurídicas, que fundamentam a existência de um lugar de isolamento e segregação da experiência humana” (AMARANTE, 2007, p. 56). Franco Basaglia, principal idealizador da reforma italiana, propôs o desmonte progressivo das grandes instituições de internação psiquiátrica, de modo que estas deveriam ser substituídas pelos Centros de Saúde Mental. Estes centros seriam distribuídos pelas diversas regiões da cidade e assim funcionariam de modo regionalizado, o que quer dizer assumir a integralidade e continuidade dos processos de cuidado relativos à saúde mental em determinada região. Por isso, diz-se que estes são serviços de base territorial cujo objetivo além de prover o cuidado individual e promover a participação social, é intervir sobre a relação da sociedade com o sujeito que sofre de um transtorno psíquico, objetivando principalmente interrogar o lugar social da loucura (AMARANTE, 2007; TENÓRIO, 2002).

No Brasil, inspirado pela experiência italiana, o processo de Reforma Psiquiátrica culminou na reorientação da política pública de assistência, instaurando então o modelo da Atenção Psicossocial. Este modelo destituiu o hospital psiquiátrico como lugar privilegiado de tratamento; ao invés de dar ênfase na manifestação de sintomas psicopatológicos, valoriza a dimensão sociocultural da loucura; no lugar de tentar compreender a doença a partir das classificações generalistas traçadas pela psiquiatria, dedica-se a compreender as singularidades de cada sujeito e seu processo de adoecimento. A principal e mais importante consequência desse processo foi o estabelecimento de uma nova rede de cuidados em saúde mental, em que o Centro de Atenção Psicossocial, o CAPS e suas diferentes modalidades, figura como serviço substitutivo ao tratamento em hospital psiquiátrico e acolhimento das situações de crise (IDEM) .

Apesar de o modelo da Atenção Psicossocial, hoje, orientar as principais políticas de saúde pública direcionadas para a população em sofrimento psíquico, isto não implica dizer que as práticas e discursos acerca da periculosidade do louco, justificando seu encarceramento, foram suprimidas. Nas imagens veiculadas pela mídia, importante vetor de formação da opinião pública, vê-se a insígnia da loucura: pessoas reduzidas a condição de “usuários de crack”. As medidas para conter esta circulação, dar algum destino a ela, vão desde estratégias traçadas no âmbito das políticas de segurança pública até a assistência em serviços de saúde, portanto, mobilizam tanto dispositivos disciplinares quanto técnicas fundamentadas da biopolítica.

O CAPS, assumindo a qualidade de dispositivo de tratamento de base majoritariamente territorial, afirma que o sujeito deve ser tratado no território a que pertence, desse modo fomenta minimamente a circulação do sujeito entre o local de tratamento e o local de moradia. Isto pauta na disputa política o direito à cidade. Ao ser fisicamente incorporado como parte dos centros urbanos, os Centros de Atenção Psicossocial excitam a circulação de uma parcela específica da população pelas ruas da cidade. É este tipo de serviço, fruto do Movimento da Luta Antimanicomial, que, entre outras medidas, é chamado a constituir uma resposta para a cidade diante do quadro social em relação ao uso do crack. Quais singularidades se inscrevem neste caso? Aqui é justamente a “livre” circulação de uma população específica por uma das principais vias da cidade que dispara, por parte do Estado, a instituição de equipamentos de cuidado em saúde naquele

território. Operariam estes equipamentos no limítrofe entre as práticas de defesa ao direito à cidade e as práticas de ordenação da cidade? Pode o cotidiano do serviço evidenciar esta disputa?

IV

Indícios e outros rastros da Rua dos Regenerados: a polícia, o hospício e a cidade .

Polícia e controle: cuidado e mecanismos de contenção na cidade.

Numa manhã qualquer, poucos dias após uma cena de violência protagonizada por Sentinela dentro do CAPS, o Grande Chefe procura o diretor. Por causa dos últimos acontecimentos o CAPS encontrava-se fechado para atendimento diurno, funcionando apenas para atender os usuários em acolhimento noturno ou que chegassem em estado de crise. Grande Chefe procura o diretor do serviço a fim de questioná-lo sobre este funcionamento restrito. Diz ao diretor que é ruim para a rua e para seu trabalho que os usuários fiquem “perambulando” naquela região e que era preciso abrir as portas. Responsabiliza a equipe de técnicos pelos atos de violência, afirma que a equipe faz muitas concessões, dizendo: “- Vocês são muito tolerantes”; “não posso ajudar vocês, vocês não pagam”; “- misturar homem com mulher dá nisso”. Noutro dia Grande Chefe aborda o diretor na rua, fala de sua história, relatando o passado e fazendo questionamentos. Remete à instituição um mal formulado pedido de ajuda para si, o que converte-se em possibilidades de conversas entre os dois, se estes se esbarram na rua. Tempos depois, Grande Chefe vai ao serviço acompanhando um usuário que já era frequentemente atendido no CAPS e mesmo assim o endereça ao tratamento. Grande Chefe confessa ao diretor que recebeu ordens para executar o usuário, porém, afirma que não o fará pois compreendera que o rapaz tinha “problemas mentais” e necessitava de tratamento.

O CAPS parece entrar numa disputa já estabelecida, instituindo novas maneiras de ordenamento dos corpos no espaço. Agora, além de não estarem circulando pela Avenida Brasil, é necessário que estas pessoas estejam dentro dos muros da instituição, demanda que vai se criando e tomando corpo nos moradores e nas próprias organizações de poder locais. Não é que na Rua dos Regenerados houvesse um completo estado de desordem urbana, ao contrário, na Rua dos Regenerados há todo um sistema de referências e regulações que modulam os modos de circular, morar, fazer uso de drogas, dormir, estar, se relacionar; e que não têm relação direta com o sistema jurídico, ao mesmo tempo que não está completamente por fora dele, aliás, dele arranca partículas, distorcendo-as, transformando-as, traduzindo-as, se chocando contra elas.

Como afirma Mizoguchi (2009), os dispositivos de controle nas cidades contemporâneas funcionam menos por exacerbação do caráter molar presente nas disciplinas e mais por sua molecularização que, espalhando-se pela cidade, age nas sutilezas do cotidiano. Sabemos então que a segmentarização do espaço urbano não é uma particularidade do Estado, ao contrário, difunde-se em práticas e relações de poder infinitesimais entre os habitantes da urbe. Considerando os processos de segmentarização da cidade na contemporaneidade, Mizoguchi (2009, p. 67) afirma que trata-se de “segmentarização essencialmente fina, disseminada pela cidade tal qual um câncer que mina silencioso o organismo (...). Pequeníssimas linhas de poder ditas moleculares”. Linhas que, segundo Deleuze e Guattari (1996, p. 100), operam “exercendo-se sobre um tecido micrológico onde ele só existe enquanto difuso, disperso, desacelerado, miniaturizado, incessantemente deslocado, agindo por segmentações finas, operando no detalhe e no detalhe do detalhe”.

Quando inaugurado, o CAPS depara-se com uma rua fortemente segmentarizada por linhas duras que produzem normas específicas como uma de suas formas. Grande Chefe nos oferece muitos indícios quanto às normas que regem aquele território. Através de suas falas e “recomendações” evidenciam-se algumas das técnicas disciplinares que regem aquele espaço. Já que o CAPS remete-se e responde ao sistema jurídico que legitima e é legitimado pelo Estado, ao propor certas intervenções, atuar referendando certas práticas e discursos, o serviço tensiona o sistema de referência das forças que compõem o território. Quando o Grande Chefe reporta um usuário ao serviço sustentando que, através de

suas mãos ele merece o tratamento e não a morte como destino, nota-se um vestígio dos efeitos da presença do serviço no território, realizando minúsculas interferências, provocando pequenos desvios, deslizos na ordem instituída na Rua do Regenerados. Em que medida o serviço provocaria pequenos desvios na ordem local para responder a uma ordem que é global ? Em nome de quê: o cuidado, a segurança ? De quem?

Certa tarde, não longe de suas primeiras semanas de funcionamento, um ocorrido provoca alvoroço entre técnicos e usuários do CAPS. Se não rompe, ao menos interroga os limiares entre a rua e a instituição. Nos meses que se sucederam a inauguração, a unidade sofria constantes furtos dos objetos de uso coletivo, como, por exemplo, pequenos instrumentos musicais e materiais de consumo. Nas reuniões de equipe, realizadas uma vez por semana, este era um assunto frequente. A equipe questionava-se acerca das fronteiras entre clínica e vigilância. Discursos e práticas que circulavam entre os técnicos variavam entre a aposta em medidas punitivas como forma de enfrentamento e a busca por encontrar manejos pelo viés da clínica. Uma clínica que, no entanto, quase sempre tende à produção do indivíduo¹⁶.

Em determinado tempo, na tentativa de contornar esse tipo de situação, pactuou-se que o cuidado dos bens comuns do serviço seria realizado de modo compartilhado entre técnicos e usuários. Nesta organização, a cada dia, formavam-se duplas compostas sempre por um técnico e um usuário. Cada dupla deveria se responsabilizar pelo cuidado com um espaço do serviço escolhido a cada vez. Assim, naquele dia é um dos usuários que se dá conta da tentativa iminente de furto do aparelho de som e então se precipita, vai à janela e grita: “Pega ladrão!”. Aquele que é apontado corre em direção à rua mas chega apenas a poucos metros de distância do CAPS, pois logo em seguida é interpelado por alguns homens que chegam em um carro, de onde um deles sai portando uma arma de fogo com a qual ameaça o homem que tentava fugir.

¹⁶ A expressão “produção do indivíduo” foi retirada do livro “Cidade dos Sábios” de Luis Antonio Bapstista (1999). foi utilizada aqui para referir-se a um tipo de escuta clínica orientada pela afirmação do sujeito como instância psíquica internalizada (eu), compartimentalizada, suspensa do mundo exterior. Uma escuta clínica que tende a vasculhar esse sujeito em busca de suas características individuais a partir das quais é possível realizar deduções sobre ele.

O relógio a essa altura marcava quase quatro e meia da tarde. O porteiro do serviço, morador da região, aproxima-se rapidamente para intervir. Grita: “É nosso! pode deixar que a gente resolve”. Toma o rapaz e o leva para dentro do serviço onde os outros usuários estavam revoltados com a tentativa de furto. Agitam-se, bradam ameaças, traçam planos de execução. Do outro lado a equipe procurava estratégias para conduzir o alvoroço, no entanto, ela mesma se alvoroçava. Em uma sala o usuário que tentara praticar o furto era atendido individualmente pelo diretor e coordenador da unidade. No pátio os demais técnicos tentavam manejar as reações diante do ocorrido, no entanto, nas falas, a violência figurava como único modo de continuar a contar essa história. Alguns usuários chegam a tentar invadir a sala onde o outro está sendo atendido. Diante disso a equipe opta por realizar uma assembleia extraordinária para que técnicos e usuários possam falar sobre o ocorrido. Reunidos no pátio, as falas são exaltadas e diretivas: “Tem que matar”; “Quando ele sair daqui a gente vai pegar ele, dar uma surra”; “Tem que apanhar muito”; “Quando o Sentinela souber ele vai pagar”; “Ele vai morrer, o Sentinela não vai permitir isso”.

Alguns técnicos do serviço tentavam fazer intervenções nessas falas, porém, havia ali uma força que circulava, um modo de organização do território que circunscrevia, na e através daquelas falas, as possibilidades de ação nos limites dos códigos instituídos. A equipe dividia-se. Parte dela ia, de algum modo, ao encontro das falas dos usuários a medida que compreendia a situação como um ato criminoso, o que requereria uma medida punitiva. No entanto, enquanto os técnicos se remetiam às leis do Estado, os usuários evocavam as leis da rua e suas institucionalizações. Todavia, outra parte da equipe tomava o feito como um acontecimento clínico que, tomando sua fala através dos ouvidos do diretor e coordenador, interpretava que o ocorrido tratava-se de uma possível repetição de sintoma, portanto, seu manejo deveria se orientar por questões clínicas apartadas das questões jurídicas a serem respondidas em outras instâncias, por outros aparelhos de Estado.

Diante dessa gama de pontuações coloca-se um limite factível: a saída descuidada daquele usuário de dentro do serviço implicava perigo iminente de morte. Após horas de negociações entre os integrantes da equipe, entre a equipe e os usuários optou-se por acionar a polícia para fazer uma queixa formal. Uma

viatura foi deslocada até o serviço e o usuário conduzido pela polícia, seguida pelo diretor e coordenador do CAPS, para uma delegacia.

Nesta cena desdobram-se múltiplas disputas micropolíticas, multiplicam-se os personagens. Se até então tomamos a equipe como massa que porta mandatos delimitados pelos mecanismos de poder engendrados no aparelho de Estado, segmentados pelas linhas duras da macropolítica, é hora de considerarmos os prolongamentos dessas linhas para o campo da micropolítica, que pode, no cotidiano do serviço, produzir diferenças nos processos de cuidado.

Na equipe, como na Rua dos Regenerados, os segmentos molares e moleculares também entremeiam-se, chocam-se, atualizam-se nas disputas de modo que interroga: a clínica configura-se como campo de produção de linhas de fuga, ao mesmo tempo em que opera como um centro de poder que produz processos de conversão, de identificação, transposição e tradução entre as linhas molares e moleculares? A clínica cria suas próprias instituições, no entanto, interpelada pela Rua dos Regenerados, onde irá esbarrar? No desfecho desta cena a que Polícia é chamada a responder ou apaziguar?

A constituição da polícia enquanto instituição reguladora do pacto social data da chegada da família real ao Brasil. Pechman (2002) afirma que, ao aportar em terras brasileiras, instituindo no Rio de Janeiro a capital do império, D. João VI e sua corte buscavam reafirmar o poder da monarquia de modo a reinstaurar a ordem e a obediência ao reinado português, posto que em terras tropicais esta convalescia, questionada principalmente por uma nova camada social que ia se formando nas cidades. Pechman (2002) aponta que conceitos e entendimentos acerca do que seja ordem, justiça, transgressão e punição estão profundamente relacionados com a gestão dos modos de sociabilidade. O autor afirma:

“Quando uma determinada sociedade redefine suas formas de convívio social, redefine ao mesmo tempo o sistema de controle do funcionamento desse convívio que produz, incessantemente, representações do que seja a ordem e a desordem, a legalidade e ilegalidade, o conflito e a harmonia, o bem e o mal, o perigoso e o inofensivo etc.” (PECHMAN, 2002, p. 53)

É justamente nos modos de sociabilidade que a chegada da corte portuguesa irá investir na, até então, colônia brasileira. Isto porque a cidade colonial em muito

se difere das organizações urbanas que eclodiram no final do século XIX e início do século XX. Já dissemos antes que o Brasil colonial era predominantemente rural e escravista, de modo que o exercício do poder era centrado na figura do senhor de engenho, então principal responsável por manter a ordem daqueles que se encontravam sob seu domínio: a esposa, os filhos, os escravos. Guardada as devidas proporções, o poder exercido pelo senhor de engenho no âmbito doméstico refletia os mecanismos de poder que a monarquia adotava na gestão da colônia. Direito de poder fundamentado nas tradições e costumes que, enquanto sociedade escravista, legitimava o uso da violência como recurso de manutenção da ordem. A desordem, assim tomada por oposição ao estado de ordem, era compreendida pela coroa portuguesa quando de qualquer gesto de resistência ao seu domínio, tornando-se passível de punições, que em sua maioria eram aplicadas através da violência física, prevista pela estrutura jurídica vigente denominada de Ordenações Portuguesas, que regulavam a vida na colônia. Pechman (2002, p. 55) esclarece:

“Por quase três séculos, constata-se, a colônia esteve submetida às Ordenações Portuguesas, que eram uma espécie de código que somava as disposições do direito romano ao direito canônico e as dos códigos medievais. Do direito romano, as Ordenações, no que tange as leis penais e aos processos criminais, auriram a indagação dos crimes, os meios de acusação e as querelas, filhas dos antigos costumes. Do direito canônico, inspiraram-se nos crimes de feitiçaria e encantos, nos crimes de ‘pecado’, nas inquirições e devassas. O direito medieval reconhece-se nas Ordenações, na imposição das penas e na desigualdade do sistema feudal que imputava aos nobres penas sempre menores que aos plebeus. Por isso, mesmo, as Ordenações são vistas como um código em que o ‘legislador não teve em vista tantos os fins das penas e a sua proporção com o delito, como conter os homens por meio do terror e do sangue’”.

As Ordenações Portuguesas garantiam ao Estado o direito de punir, mantendo-o como titular da violência, mecanismo atualizado no funcionamento da família senhorial. Assim, a regulação e controle das relações para manutenção da ordem social ancoravam-se em relações de poder particularizadas. A ordem, deste modo, está estritamente ligada a ideia de obediência. É nas cidades que o poder exercido pelo senhor de engenho, e por conseguinte o da monarquia, encontrará maior resistência, visto que os aglomerados urbanos eram formados principalmente por dois grupos distintos: os homens pobres livres e/ou libertos, e comerciantes que viriam posteriormente originar a classe burguesa. Grupos que, não tendo lugar no arranjo casa-grande/senzala, não estavam diretamente submetidos ao poder do senhor de engenho, ameaçando assim a manutenção da assimetria da ordem social

instituída pelo pacto colonial, responsável por fundamentar e manter o sistema escravista, fundamental para garantir o acúmulo de riqueza para a coroa portuguesa.

Enquanto que no âmbito rural concentrava-se a produção de riqueza garantida pelo trabalho escravo, continuamente vigiado pelo senhor de engenho e/ou feitor, na cidade em que aporta D. João VI vê-se obrigado a lançar mão de outros mecanismos para não só manter como atualizar o domínio real, que principalmente nas cidades dava indícios de sua fragilidade. Para garantir a ordem nas cidades não bastava obediência escrava, trata-se de outras determinações e estratégias para garantir a continuidade das relações hierárquicas que, então, passam a se desenrolar nas ruas e espaços públicos da cidade. Deste modo, a corte portuguesa desembarca na cidade do Rio de Janeiro disposta a implementar na recém ex-colônia um projeto “civilizatório”. Outra vez o mesmo signo, civilizar-se!

A corte portuguesa pensa civilizar a nova capital restaurando seus gestos, hábitos e costumes. Institui novos padrões, destitui a casa-grande do centro da sociabilidade, arrastando-a para os grandes salões, o que coloca nas ruas da cidade um novo grupo social, para quem a violência empregada pelo sistema das Ordenações assemelhava-se a um estado de barbárie. Para então regular este novo fluxo de circulação cidadina, a fim de manter as relações de poder hierárquicas entre os grupos dominantes e os grupos dominados, se estabelece novos mecanismos e instituições. A presença de D. João VI no Rio de Janeiro retira a representação do poder da esfera privada para centrá-la no corpo do rei, este é imediatamente colado a ideia de poder legítimo e de autoridade. Na figura do rei fica centrada também a responsabilidade por adotar medidas para manter a ordem e todo o conjunto de ideias que vêm em seu rastro, tais como: justiça, paz, transgressão, punição. Então, como uma faceta do poder real a ser exercido não só através da “contenção pelo sangue” mas também pela “gestão da cortesia”, cria-se, em 1808, como agente de civilização, a Intendência Geral da Polícia (PECHMAN, 2002).

A criação da Intendência Geral da Polícia não encerra a prática da repressão através da violência. Com a finalidade de manter a ordem - estratégia comumente destinada à população mais pobre - soma a ela um outro tipo de contenção. Esta outra contenção trata o problema da desordem menos como desobediência ao poder real do que como uma problemática de civilidade que diz respeito ao caráter público das relações. As normas, os costumes e os hábitos devem orientar as

relações de modo a promover o *status quo* social. Para tanto “antes de vingar as desordens cometidas, características das forças repressoras na sua fase anterior, a polícia da corte estará mais próxima de chamar à ordem os que dela se desviam, numa espécie de ‘integração social’ pela civilidade” (PECHMAN, 2002, p. 72).

Para expor o caráter dessa nova modalidade de contenção adotada pela polícia, Pechman (2002) recorre a definição registrada no “Dicionário Enciclopédico ou Novo Dicionário da Língua Portuguesa”, de Almeida e Lacerda, que apesar de datar de 1868, o autor acredita que nela ainda persistem os significados impregnados a ela desde o início do século:

- “I) Polícia (do latim *politia*; do grego *polites*, cidadão; de *pólis*, cidade) governo e boa administração do Estado, da segurança e dos cidadãos, da salubridade, subsistência, etc. Hoje, entende-se particularmente da limpeza, iluminação, segurança e de tudo o que respeita a vigilância sobre vagabundos, mendigos, facinorosos, facciosos, etc.
- II) Polícia (do latim *político*, de *polire*, polir, assear, adornar) cultura, polimento, aperfeiçoamento da nação, introduzir melhoramento na civilização de uma nação” (PECHMAN, 2002, p. 68)

O autor destaca que a origem da palavra aponta para duas perspectivas. Pela origem grega deriva de *pólis*, que remete a cidade e a cidadania; e pela origem latina remete a polidez, cultura e civilidade. Pechman (2002) admite que historicamente a palavra polícia foi se desprendendo de sua origem grega e assumindo o sentido da polidez. No entanto, ao fazer um estudo dos documentos, o autor constata que a polícia - além de assumir a função de reordenar, conduzir e vigiar os vínculos sociais - foi incumbida de fazer o ordenamento do espaço público compreendido como lugar de exercício da civilidade. Esta função se desdobra em uma variedade de atribuições que engloba desde questões relacionadas ao saneamento, salubridade e estética das ruas até o comportamento em espaços públicos, como as praças e teatros. Pechman (2002, p. 72) descreve algumas das funções que foram atribuídas à Intendência Geral da Polícias:

“(...) fiscalizar e auxiliar edificação pública e particular; zelar pelas fontes e chafarizes; licenciar e fiscalizar os transportes de mar e de terra, viaturas, alimárias de aluguel, barcos, canoas, catraias e lanchas de frete, licenciar e fiscalizar os teatros e divertimentos públicos, casas de jogos, botequins, casas de pasto, estalagens e albergues; fiscalizar o contrato e arrematação da iluminação da corte; coibir os delitos de imprensa, exercendo a censura prévia; (...) tratar do registro e material de cadeia e do calabouço, relativamente a escravos; reprimir a mendicância e a vadiagem; fazer a estatística da população; reprimir o contrabando; auxiliar a extinção de incêndios; zelar pela conservação do Passeio Público.”

Nota-se que tais funções tratam-se de estratégias de controle da cidade. Essa descrição de Pechman (2002) da Polícia criada no Rio de Janeiro em muito se aproxima da descrição realizada por Foucault (2008) acerca das práticas da polícia na Alemanha e na França no século XVIII, ambas apoiadas na compilação de Delamare, que nomeia treze domínios dos quais a polícia deve se ocupar, são eles: religião, costumes, saúde e meios de subsistência, tranquilidade pública, cuidado com os edifícios, praças e ruas, ciências e artes liberais, comercio, manufaturas e artes mecânicas, empregados domésticos e operários, o teatro e os jogos e, por fim, o cuidado e disciplina dos pobres.

Foucault (2008) aponta que tudo aquilo que é definido como objeto de domínio da prática da polícia e, portanto, tudo aquilo sobre o que a instituição deve se inclinar e em torno do qual organiza suas ações e ideologias, dizem respeito a problemáticas que só existem nas cidades, portanto, caracterizam-se como objetos urbanos. Assim a polícia tanto cuida das ruas, praças, edifícios e mercados como de fenômenos que só ganham expressão na dinâmica da cidade, como por exemplo, a vadiagem. Outro ponto destacado por Foucault (2008) em relação às atribuições da polícia no século XVIII é que, de acordo com esses domínios, a polícia assume a função de regulamentação das operações de mercado - como venda, compra e troca - delimitando onde, quando e o que pode ser vendido. Foucault (2008) então conclui que, de um modo geral, a Polícia é destinada a, por um lado, regulamentar a coexistência do homem intensificada na experiência urbana e de outro a circulação de mercadorias. Indo mais adiante: a Polícia deve controlar a circulação dos homens e das mercadorias uns em relação aos outros.

O filósofo considera que a polícia do século XVIII foi pensada no sentido de urbanização do território, com intuito de fazer com que o reino - todo o alcance de seu território - funcionasse como uma grande e única cidade. A polícia, assim, diz respeito a afirmação do poder de soberania sobre o território, exercendo o controle nos espaços públicos da cidade - como ruas, praças e teatros - onde os homens passam a se reunir e a se comunicar. Foucault (2008) pontua que alguns pensadores radicalizam a relação entre polícia e cidade, afirmando a polícia como condição de existência da urbanidade, equivalendo policiar a urbanizar. Vê-se que há relações historicamente estreitas e variáveis entre cidade e polícia, variando também as configurações de uma e de outra.

O plano estratégico 2013-2016 da prefeitura do Rio de Janeiro (PÓS 2016, s/d), como vimos, elege algumas “áreas de resultado” sobre as quais realiza para cada uma um diagnóstico. Estabelecem-se diretrizes, metas e iniciativas estratégicas, essas áreas são: saúde, educação, transporte, habitação e urbanização, ordem pública e conservação, gestão e finanças públicas, meio ambiente e sustentabilidade, desenvolvimento econômico, cultura, desenvolvimento social. Nota-se que segurança pública não é eleita como uma “área de resultado” específica, no entanto, tanto na área de “Habitação e Urbanização” quanto na “Ordem Pública e Conservação”, figuram estratégias de intervenções urbanas que colocam no mesmo corpo de conhecimento técnico e de intervenções estratégicas as questões relacionadas a polícia e a estrutura física da cidade.

A categoria “Habitação e Urbanização” do plano estratégico adotado pela prefeitura relaciona isto basicamente às questões de moradia, saneamento básico, revitalização e expansão de áreas públicas de lazer. Numa das metas estabelecidas para esta categoria o processo de urbanização é colocado como equivalente a ofertar, em áreas que estejam ausentes, serviços como água encanada, tratamento de esgoto, drenagem, iluminação pública, coleta de lixo e pavimentação. A meta conseguinte a esta diz respeito a implementar Unidade de Polícia Pacificadora-UPP- social em áreas pacificadas. Entendo que áreas pacificadas são aquelas em que as UPPs propriamente ditas já foram instaladas (PÓS 2016, p. 108).

A implementação de Unidades de Polícia Pacificadora - UPP- é consequência da estratégia de enfrentamento ao crime organizado adotada pelo Governo do Estado do Rio de Janeiro. Franco (2014) ressalta que a UPP se trata de um modelo de ação policial que não é direcionada ao todo da cidade, mas a um território específico: favelas que se encontram sob a gerência de organizações criminosas ligadas ao narcotráfico. Embora a implementação dessas unidades só tenha sido promulgada em 2011, a primeira instalação física de uma UPP ocorreu em 2008, no Morro Santa Marta, o que levou ao Decreto de lei nº 41.650 de 21 de janeiro de 2009 que dispõe sobre a criação desse tipo de unidade.

A criação de uma polícia pacificadora é apresentada pelo Governo do Estado como estratégia alternativa ao modelo tradicional da polícia, o que remete a constates incursões nas favelas seguidas de intensos confrontos armados, depois dos quais a polícia se retira por completo do território. A UPP inaugura para a cidade do Rio de Janeiro a promessa de um novo modelo de segurança pública,

que baseando-se na ideia de pacificação, objetiva a ocupação policial permanente das favelas através da combinação entre policiamento e políticas de acesso aos direitos sociais, apelando para a ideia de expansão da cidadania (FLEURY, 2002; FRANCO, 2014). Desde as suas primeiras ações as Unidades de Polícia Pacificadora são objeto de estudos de pesquisadores, de modo que muitos deles dedicam-se a investigar seus paradoxos.

O item “Ordem Pública e Conservação”, do plano estratégico, engloba tanto as questões relacionadas ao policiamento e vigilância, quanto pavimentação e iluminação de via pública e ainda questões de mobilidade e acessibilidade urbana. Uma das estratégias definidas pelo plano estratégico é o programa “Rio em Ordem”, cujo objetivo é:

“Sistematizar a atuação da Guarda Municipal e dos órgãos de fiscalização e controle urbano e promover o ordenamento do espaço público, através de um novo treinamento, do uso da tecnologia da informação e comunicação, da gestão por indicadores de desempenho e de ações integradas em demais Órgão públicos. Em cada Unidade de Ordem Pública é realizado um diagnóstico e a revitalização dos aspectos de ordem pública e conservação, tais como: ambulantes autorizados, ocupação de mesas e cadeiras, trânsito, estacionamento, limpeza, passeio, asfalto e iluminação pública (...) Como também promover a revitalização da Guarda Municipal, iniciando pelo aparelhamento das Inspetorias Regionais, do Grupamento de Operações Espaciais e da gerência de Inteligência da GM” (PÓS 2016, 2013, p. 132)

O plano estratégico não elege a segurança pública como “área de resultado”, e assim furta-se de estabelecer uma relação direta entre esta e as polícias. No entanto, a polícia e o múltiplo de suas instituições aparecem pulverizadas em estratégias que dizem respeito a manutenção da ordenação e do controle urbano, elementos fundamentais na constituição da Cidade Olímpica. Quais paradoxos da relação entre a polícia e a cidade podem ser evidenciados a partir de eventos cotidianos do CAPS?

Uma tentativa de furto em determinado tempo e em determinada rua da Cidade do Rio de Janeiro deflagra que não é somente dos aparelhos e equipamentos do Estado, tal qual a polícia, que irradia todo e qualquer mecanismo de regulação e ordenação das relações. Voltamos à afirmação de Baptista (2003. P. 9) de que “na cidade nada está concluído ou perdido definitivamente”. Se forcamos o limite desta afirmativa ela nos aponta que na cidade há sempre alguma coisa que escapa ? O que escapa? De que escapa? Para onde?

Na Rua dos Regenerados estabelecem-se círculos de poder que mobilizam mecanismos de controle, incluindo medidas disciplinares de vigilância e coerção com configurações diferentes daquelas estabelecidas pelo sistema de referências da estrutura jurídica e pelo poder legislativo do Estado, ora opondo-se e ora convergindo com ela. No tecido micropolítico em que se desenrola o cotidiano do serviço, é pelo vetor do cuidado que a equipe confronta a dissonância entre um projeto de cidade e a cidade-acontecimento, e assim, numa posição ética em defesa da vida, aciona a Polícia como medida protetiva, tomando por referência o indivíduo. No entanto, se tomarmos como perspectiva o plano da macropolítica, fazendo o devido recorte no tempo e no espaço, é possível afirmar que a Polícia é chamada a restabelecer a ordem na Rua dos Regenerados em nome de uma organização de cidade? A Polícia, ao ser chamada a barrar um tipo de ordem que se estabelece e que não corresponde exatamente àquilo que é previsto em termos do pacto social vigente, ratifica o CAPS como possível instrumento de vigilância? O CAPS como espaço de constantes e múltiplas disputas, de clínica - no que diz respeito às ações de cuidado orquestradas por uma equipe que é também múltipla - sustenta a tensão entre produzir linhas de fuga e segmentarizações duras em relação aos modos de ser e estar na cidade?

Hospício e cidade: tracejes entre o cuidado e o controle.

Noutro dia a equipe tinha notícias através dos usuários que um dentre eles, que aqui chamaremos de João, encontrava-se “ameaçado no território” – expressão comumente utilizada pela equipe para designar quando um morador, daqueles que moravam nas calçadas e se aliavam ao Sentinela, estava sob ameaça de receber alguma punição por ter cometido algum ato que infringia os acordos estabelecidos na área do entorno. João era um destes moradores. Começou a ser atendido pelo serviço ainda nos primeiros meses de sua inauguração.

Inicialmente João frequentava o CAPS de modo intensivo, ou seja, diária e diuturnamente. No desenrolar de seu acompanhamento João começou a apresentar comportamentos agressivos direcionados ao serviço e à maioria dos técnicos da equipe. Estes comportamentos incluíam constantes invasões ao serviço, danificação do prédio e de materiais, agressões verbais e ameaças. O comportamento de João

causava alvoroço na vizinhança, gerando queixas daqueles que pagavam pela segurança local. Diante disso o Grande Chefe, fazendo valer suas atribuições de segurança da rua contratado pelos moradores das casas e empresas para manter a ordem na região, interviu. Decretou que uma próxima ocorrência de um desses comportamentos de João, ainda que do lado de dentro do CAPS, poderia justificar a sua morte.

A equipe dividia-se entre compreender estes eventos como deflagração de uma crise relacionada ao quadro clínico de João ou entendê-lo como mero ato de delinquência a fim de ter seus pedidos atendidos. Num destes momentos de agitação, João chega a agredir fisicamente o diretor da unidade e a colocar fogo numa das cortinas. Outra vez a equipe se vê, de outro modo, diante da possibilidade de morte do usuário caso ele saísse do CAPS para a rua. Os impasses se atualizam com outros elementos e outras configurações. Parte da equipe entende que é necessário chamar a polícia, outra que é necessário acionar a internação em hospital psiquiátrico. A internação em hospital psiquiátrico aparece como alternativa neste caso e não no outro, porque além da necessidade de proteção da vida, emerge o imperativo do cuidado por se tratar de usuário já em acompanhamento e aparentemente desestabilizado. Diante da agitação provocada na Rua dos Regenerados a equipe se via novamente convocada. E desta vez, para responder institucionalmente, encontrava-se entre o hospício e a polícia.

Outra vez a rua penetra pelas frestas do serviço. A cidade- acontecimento que emerge na Rua dos Regenerados circunscreve algumas bordas para o cuidado naquele território. Para a equipe, que outra e a cada vez se vê diante da tomada de decisão orientada por uma ética de defesa da vida, por que, nesta cena e não na outra, o hospício figura como alternativa de cuidado quase que ao mesmo lado que a polícia? Chamar a polícia ou acionar internação em hospital psiquiátrico são direções do cuidado que, no que tocam a determinado funcionamento da cidade, são dicotômicas e/ou convergem entre si ? No que viriam a convergir? No que se diferenciam? Sabe-se que historicamente hospital e cidade assumem diferentes modos de organização de um em relação ao outro. Foucault (1992) afirma que o hospital figura como elemento fundamental na organização da vida nas cidades

ocidentais desde a idade média, no entanto, este se organiza de diferentes maneiras assumindo funções diferentes ao longo do tempo histórico.

O hospital tal qual a instituição que reconhecemos hoje, com finalidade terapêutica, só começou a se organizar a partir do século XVII. Até então o hospital possuía função caritativa ligada às práticas religiosas cristãs de modo que se destinava a prestar assistência física e espiritual aos pobres e doentes, cumprindo uma dupla função de salvação tanto para quem praticava a caridade quanto para aqueles que eram acolhidos por desejo espontâneo ou por ordens do soberano. Nesta época os hospitais já recebiam os doentes, porém não tinham como objetivo submeter-lhes a procedimentos e técnicas de cura, e sim prestar-lhes assistência no processo de morrer. Deste modo acabavam por assumir, além da função de assistência, a função de retirar dos centros do convívio urbano não só os doentes, mas também mendigos, prostitutas, loucos e etc.

Essa dupla função, que mescla o sentido de assistência com o de exclusão social de grupos socialmente temidos, é herança da organização do hospital ocidental durante a idade média, quando sua principal função era enclausurar os leprosos a fim de expurgar a maioria da população dos centros urbanos, que então representava lugar de maior risco de contágio (FOUCAULT, 1992; 2012).

Com a remissão da epidemia no mundo ocidental no final da idade média, tornou-se necessário encontrar um novo destino para a estrutura hospitalar. A partir disso novas práticas de internamento se configuraram. Mantendo a função de exclusão do convívio social, tais práticas foram dirigidas inicialmente às doenças venéreas e logo em seguida a outros tipos de adoecimento, categoria que a partir do século XVII passa a incluir a loucura. Nesta conformação, embora o médico seja chamado à instituição regularmente para atender os doentes, os trabalhadores e gestores do hospital eram, principalmente, figuras religiosas. A hospitalização então possuía um caráter prioritariamente moral de “salvação” das almas da pobreza, dos vícios e da vadiagem (FOUCAULT, 1992). Foucault (2012) chama estas práticas hospitalares, que se espalharam por toda Europa do século XVII, de período das grandes internações. No período das grandes internações, as instituições destinadas ao internamento se justificavam de um lado pelo discurso religioso e de outro por um recente ideal de vida burguesa que ia engendrando os modos de vida e os mecanismos de controle populacional nos centros urbanos.

Assim temos que no início do século XVII o hospital não se tratava de uma instituição médica do mesmo modo que a medicina não se tratava de prática hospitalar. A prática médica não era essencialmente ligada ao espaço do hospital e não destinava-se a estudar os grupos, nem a observar a regularidade dos fenômenos. O trabalho médico era autorizado após iniciação em processo de aprendizagem individualizado, legitimado pela corporação dos médicos. A prática organizava-se, sobretudo, em torno da ideia de crise: “a crise era o momento em que se afrontavam, no doente, a natureza sadia do indivíduo e o mal que o atacava” (FOUCAULT, 1992, p. 102), desse modo a prática médica consistia em observar os sinais da doença desde seu início para espreitar o momento em que a crise se manifestava, de modo que o médico, a partir da relação individual com cada paciente, fosse capaz de prever a evolução da doença e intervir objetivando favorecer a ação da natureza sobre a doença.

Ao analisar as condições de possibilidade para o processo de medicalização do hospital durante o século XVII, Foucault (1992) ressalta que este processo foi possível a partir da introdução e organização de tecnologias disciplinares de poder como fundamentação estrutural nos processos de gestão de pessoas. Segundo o filósofo o início deste processo pode ser localizado com maior ênfase nos hospitais militares do exército e da marinha. O exército do século XVII era constituído principalmente por desempregados, vagabundos e miseráveis que podiam ser recrutados por toda Europa e estavam disponíveis para atuar no exército de quaisquer nacionalidades. Nos campos de batalha, a organização do exército caracterizava-se por um aglomerado de pessoas onde os homens mais fortes e habilidosos posicionavam-se no *front* de batalha e os demais no meio e ao lado, era fato comum perder homens por motivo de doença ou deserção. A partir do desenvolvimento de táticas e tecnologias bélicas no século XVIII, introduzidas principalmente através do uso do fuzil, a formação do exército não era mais uma consequência direta do recrutamento de homens, agora era necessário treiná-los, distribuí-los no espaço de maneira tática a fim de explorar ao máximo suas habilidades no manuseio da arma de fogo. Conclui-se daí que formar um exército passou a gerar despesas, de modo que cada homem implicava num valor econômico, portanto, tornou-se necessário minimizar as perdas de soldados, seja em combate ou por motivos de doença. Para isso era necessário treiná-los,

distribuí-los corretamente no campo de batalha e vigiá-los. Para tanto, intensificam-se as técnicas disciplinares.

Os homens enfermos e feridos de guerra eram direcionados aos hospitais do exército e da marinha, o que começou a gerar certa desordem econômica a medida que o desembarque direto para o hospital facilitava a circulação de mercadorias, objetos preciosos, materiais raros e especiarias que não passavam pelo controle da alfândega, ou seja, esta circulação de homens e mercadorias entre os campos de batalha e o hospital facilitava a atividade de contrabando. Diante disso o primeiro tipo de regulação do hospital pelo Estado em nada tem relação com uma finalidade terapêutica, trata-se de inspecionar cofres que marinheiros, médicos e boticários mantinham no espaço do hospital a fim de controlar as irregularidades econômicas.

Além disso, notou-se a necessidade de minimizar os efeitos negativos da hospitalização, já que devido a aglomeração de pessoas doentes os hospitais tornaram-se foco de transmissão de doenças epidêmicas, dessa forma desenvolveram-se práticas de registros e vigilâncias constantes a fim de encontrar medidas para evitar que os homens hospitalizados desertassem ou morressem, ou ainda que curados continuassem a fingir doença (FOUCAULT, 1992).

É, portanto, a partir dos hospitais militares antes dos hospitais civis, que o hospital viria a se reorganizar como lugar destinado a cura e prática médica. Para que se tornasse um lugar de cura, o hospital tornou-se também o lugar de produção da verdade sobre a doença. Separada das condições variáveis e inconstantes do meio, acreditava-se que no hospital podia-se deflagrar a verdade da doença, mostrar seu estado de pureza, mostrar-se tal como é e sobre a qual o médico deveria agir. Deste modo é que a figura do médico passa a ser responsável pela distribuição dos doentes em leitos estrategicamente distribuídos no espaço e pela instituição de rotinas e procedimentos que tinham por objetivo “vencer a natureza da doença”. Esta nova organização no modo de distribuir os indivíduos no espaço também possibilitou a observação e a classificação das doenças a partir do agrupamento de sintomas, o que num movimento de retroalimentação implicava no modo como os doentes eram acomodados de acordo com o saber médico que ia se produzindo. Assim o médico produzia a verdade sobre a doença tecendo ao mesmo tempo o poder que a figura do médico exercia sobre ela. (IDEM)

É no curso deste processo que a medicina viria também a se apropriar do discurso sobre a loucura. Até o século VXIII a prática de internamento da loucura se

dava em casos em que se considerava que ela se manifestava de forma extrema e/ou perigosa, portanto não era uma prática organizada de forma sistemática. Durante a idade média e início da era clássica, a loucura era situada no campo do erro e da ilusão, condenada a vagar no mundo de cidade em cidade em busca de abrigo. Com o desenvolvimento das técnicas disciplinares houve uma inversão nessa estrutura, de modo que a loucura “em vez de se inscrever no eixo verdade-erro-consciência, se inscreve no eixo paixão-vontade-liberdade” (FOUCAULT, 1992, p. 121). Portanto, se a loucura era percebida como experiência transcendental a nível de alteração do estado de consciência, passou a ser inscrita no campo da moral em que sua presença significa subtração das faculdades mentais e supressão da crítica de juízo de valor.

A partir dessa inversão os discursos e práticas sobre a loucura passaram a orbitar em torno da incapacidade de domínio das paixões humanas, o que levaria a impossibilidade de se adequar às ordens e normas estabelecidas no convívio social. É esta perspectiva que iria orientar as práticas de produção de saber sobre a loucura, resultando na fundação da Psiquiatria enquanto disciplina médica, bem como as práticas de asilamento do século XIX, que passam então a separar no espaço do hospital o louco dos demais personagens abrigados nesta instituição. Para o louco, o hospital passa a ser legitimado como lugar de cura, onde, a partir de submissão à sua organização disciplinar, poderia se reestabelecer a ordem mental. Para Foucault (1992, p. 122):

“(…) se estabelece a função muito curiosa do hospital psiquiátrico do século XIX: lugar de diagnóstico e de classificação, retângulo botânico onde as espécies de doenças são divididas em compartimentos cuja disposição lembra uma vasta horta. Mas também espaço fechado para um confronto, lugar de uma disputa, campo institucional onde se trata de vitória e de submissão. O grande médico do asilo- seja ele Leuret, Charcot ou Kraepelin- é ao mesmo tempo aquele que pode dizer a verdade da doença pelo saber que dela tem, e aquele que pode produzir a doença em sua verdade e submetê-la, na realidade, pelo poder que sua vontade exerce sobre o próprio doente”.

No que a loucura é compreendida no campo moral das normas, da perda da capacidade de discernimento, é assinalada também como desvio social para o qual a instituição asilar figura como solução à medida que o discurso médico constrói em torno dessa instituição uma ideia de pureza, um lugar onde a doença poderia manifestar sua natureza sem interferência de elementos externos, possibilitando assim que o médico aplique técnicas corretivas a fim de retificar os comportamentos

que se desviam da norma. Além disso, para justificar o internamento, construiu-se toda uma ideia de periculosidade em relação a loucura, de modo que seu enclausuramento garantiria tanto a segurança do louco como de seus familiares. Todo este arcabouço de práticas e discurso aponta para a figura do louco como elemento de desordem urbana ao mesmo tempo que prevê o lugar para a sua correção. Transforma a loucura em alienação mental, objeto de saber da Psiquiatria. (FOUCAULT, 1992; MACHADO et al, 1978).

É em meados do próprio século XIX que surgem no Brasil os primeiros estudos técnicos acerca da loucura, produzidos pelas faculdades de medicina do Rio de Janeiro e da Bahia, inspiram-se em estudiosos estrangeiros, tendo Esquirol¹⁷ como principal referência. Isto implica dizer que a comunidade científica produz e difundi para a sociedade brasileira a ideia de loucura enquanto alienação mental, alcunhada como objeto de estudo da Psiquiatria. Seguindo essa perspectiva, os estudos brasileiros herdaram o conflito que a psiquiatria porta diante da racionalidade médica vigente, pois produz posicionamentos divergentes entre apreender a loucura como uma desordem orgânica, como queria a comunidade científica predominante, ou compreendê-la a partir do campo da moral, do comportamento e da inteligência.

Inspiradas pelo trabalho de Esquirol, a maioria das produções brasileiras aborda o problema da loucura colocando-a em relação com a razão e a civilização através do viés da moralidade. A inauguração do Hospício Pedro II no Rio de Janeiro e a criação e da cadeira de clínica psiquiátrica no curso de medicina da Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro, contribuíram para que, nas últimas décadas do século XIX, o Rio de Janeiro se tornasse o principal centro do país a produzir e irradiar o saber do movimento alienista que fundamentava a internação em hospital psiquiátrico (ENGEL, 2001; MACHADO et al., 1978).

Engel (2001) afirma que mesmo antes da construção do primeiro hospício brasileiro na cidade do Rio de Janeiro as práticas de exclusão da loucura já eram relativamente frequentes ao longo de todo o século XIX, ao mesmo tempo em que a presença dos loucos nas ruas da cidade era relativamente comum. Os loucos poderiam circular livremente nas ruas desde que não adotassem comportamentos considerados perigosos. Neste caso, a partir de uma regulação feita pela polícia, poderiam ser recolhidos para internação na Santa Casa de Misericórdia. Correlativo

¹⁷ Psiquiatra Francês (1772- 1840), discípulo de Philippe Pinel no que se refere ao estudo da loucura enquanto doença mental proveniente do movimento alienista.

a isto é importante lembrar que no final do século XIX, como já vimos antes, ocorria uma implosão demográfica do Rio de Janeiro que iria eclodir, no início do século seguinte, em reformas urbanísticas que objetivavam modernizar a cidade, para tanto pautavam-se na expansão de medidas de controle urbano e social que iriam encontrar na medicina importante aliado. Assim a criação de um hospício responde mais do que a demanda de cuidado institucional com o alienado - criada no seio do movimento alienista. O hospício é também incorporado ao conjunto de aparatos que carrega o mote de civilização da cidade.

“Qual a concepção de civilização que se explicita através dessas relações causais encontradas entre loucura e sociedade? Não existe nem em Esquirol, nem nos médicos brasileiros, nenhuma nostalgia de um estado selvagem onde o homem, vivendo a inocência de suas paixões primitivas, estaria ao abrigo dos males do progresso. Ao contrário, a civilização é a plenitude da humanidade, o coroamento de uma teologia da razão. Se ela traz em si novos perigos, traz também as condições de sua solução porque torna possível uma organização racional da sociedade pelas luzes da ciência. (...). Para os médicos brasileiros a civilização- realizando o homem, afastando-o do caos, da desordem e do erro- é o objetivo da humanidade, a sua tendência, o seu destino.” (MACHADO et al., p 416-417)

Também já falamos anteriormente sobre o processo de Reforma Psiquiátrica brasileira que viria pautar justamente a relação da loucura com a cidade e organizar um movimento político de reordenação desta relação, bem como das relações de poder sob as quais as práticas asilares são apoiadas. Apesar deste processo, que culmina no engendramento de outras práticas e discursos acerca da loucura, soariam ainda, como lampejo, vestígios dos primeiros hospícios que, no clarão que produzem agora, iluminam o jogo de forças que constituem os novos modos de organização entre a loucura e a cidade? A rua dita suas regras. A cena apresentada no início desta seção traz à tona novamente a tensão entre a polícia e o hospício como instituições reguladoras daquilo que escapa de uma certa organização de cidade. A internação em hospital psiquiátrico cintila como medida protetiva. Neste caso, é João que, circulando pela rua, oferece perigo ou é a cidade que ameaça a vida de João? A que o hospício ou a polícia poderiam responder que fica impossível de se fazer no próprio CAPS ? O CAPS que encarna o sonho de superação das práticas alienistas seria o mesmo lugar em que as mesmas práticas ainda gritam, colocando em evidência os paradoxos do ideal de “Cidade Olímpica?”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito mais questionamentos que conclusões é certamente o que constituiu e resultou o processo de elaboração desta pesquisa. Multiplicar as narrativas do “Rio: Cidade Olímpica” foi o principal fio condutor desta escrita, além de colocar pontos de interrogação para fazer cesuras nas imagens de cidade incessantemente produzidas pelas máquinas da mídia. Em contraponto às imagens panorâmicas do Rio de Janeiro, esta pesquisa coloca em evidência duas ou três ruas da cidade onde pessoas dormem e acordam, moram, andam, amam, sentem dor, medo, frio e alegrias; onde se vive e onde se morre, onde se usa droga, se estabelece parcerias, conflitos, tensões. Duas ou três ruas onde, por fim, também se produz cidade. Que cidade?

A cidade-acontecimento irrompe no choque entre os corpos, nas práticas e discursos sobre a loucura, sobre a droga e a polícia, sobre o cuidado. Tudo isto, circunscrito pelo cotidiano de um equipamento de saúde mental, toma formas temporárias que nos possibilitaram lançar luz sobre a vivacidade de um projeto de cidade. Pode-se, a partir disso, fazer algumas inferências, não para traduzir ou apreender a cidade, mas para desdobrá-la em tantas narrativas quantas ela possa oferecer. Narrativas que colocam em evidência seu movimento incessante, seus paradoxos, suas rugas e sulcos, seus conflitos, imagens que não cabem no cartão-postal.

No artigo de Luís Antônio Baptista (2008), intitulado “Walter Benjamin e os Anjos de Copacabana”, o autor utiliza a montagem das cenas de um documentário produzido pelo cineasta Eduardo Coutinho para fazer aproximações entre as narrativas de um Rio de Janeiro que acontece em um espaço circunscrito: os corredores do Edifício Master e uma cidade descrita por Walter Benjamin. Segundo Baptista (2008, *on-line*) uma cidade:

“onde cada ruela e cada palavra tem por eco um grito de batalha’. Um grito de batalha incansável, sem estridência ou alarde, que almeja a cada momento dos minúsculos embates cotidianos, onde existe dor ou indiferença, libertar a palavra e o silêncio do corpo sufocado por seus limites”.

Construir e apresentar aqui algumas narrativas de algo que se passou no corpo-superfície da autora durante a experiência de trabalho, é um exercício de

“implodir universos carcerários”. Baptista (2008) foi buscar esta expressão nos escritos de Walter Benjamin e considera que:

“O universo carcerário’ implodido ofereceria à modernidade a convocação de um modo preñado de paradoxos e de possibilidades de ação (...), o movimento das imagens incitaria um estranhamento desestabilizador àquilo que naturalmente percebíamos, dissolvendo o peso do ‘universo carcerário’ que aprisiona o existir do humano, a política, a história e o próprio humano em uma única versão (...). Dessa implosão, pedaços de histórias incompletas, fragmentos de narrativas seriam montadas pelas urgências políticas de agora, atentas às que ficaram no passado, na metade do caminho, inacabadas, interrompidas pela força da barbárie ou pelo esquecimento ávido do futuro” (BAPTISTA, 2008, *on-line*)

O universo carcerário que se quis implodir aqui é o do problema da loucura como pertencente a um campo específico de saberes e técnicas tracejados sob a égide da saúde mental, e que apenas circulam entre aqueles que cuidam e aqueles que são cuidados. Trazer à tona as narrativas do cotidiano de um equipamento de saúde mental não para colocar loucos e trabalhadores em análise, assim como manda a tradição e o modo a que somos constantemente convocados pela comunidade científica - num eterno retorno a si mesma - mas para deflagrar arranjos estabelecidos nos jogos de força que fazem circular por entre os sulcos da cidade discursos sobre a loucura, o cuidado e a segurança. Segurança de quem? Cuidado para quê?

Nas narrativas aqui apresentadas percebem-se diferentes modos pelos quais a Rua dos Regenerados invade o serviço, fazendo estremecer seus limites, seja aquele que é inscrito pelo muro ou aquele inscrito pelo arcabouço técnico-político. A Rua dos Regenerados - com seus acontecimentos - interroga a equipe, questiona as direções de trabalho e aponta fragilidades, como a lembrar que em meio a cidade nada acontece fora dela. As disputas se desdobram infinitamente, produzindo e sendo produzidas por ela ou, como diz Baptista (2003, p.9), “nas cidades como campo de combate (...) a afirmação da vida não nos dá sossego. Nada está em paz, concluído ou definitivamente perdido”.

O contexto político em que o CAPS é instituído naquele território tem por força a tentativa de limpar o cartão-postal, alisar as rugas e marcas que embotam a imagem da almejada e celebrada Cidade Olímpica, vista de cima. No entanto, se olharmos do chão, andando na rua, as histórias de pessoas anônimas e a multiplicidade de personagens que surgem nessas narrativas, nos dá a

possibilidade de colocar uma lupa sobre os embates cotidianos que deixam escapar os paradoxos acerca do cuidado e da segurança no interior da urbe. Estabelecer o cuidado e a segurança como eixos norteadores dessa conversa dá notícias das limitações impostas ao processo de pesquisa, no entanto, figuram como protagonistas porque são dois importantes pontos de tensão que historicamente são entrelaçados quando tomados através do prisma do campo da saúde mental e que, por diversas vezes, emergem no cotidiano do CAPS em relação com a Rua dos Regenerados.

Por vezes, o campo da saúde mental, tal como certo ideal de cidade que caminha em direção a modernidade a fim de superar o passado, constitui-se a partir de uma ideia de progresso baseada na superação de práticas e discursos. Neste sentido, quando se traça uma abordagem histórica acerca da cidade a partir dos embates cotidianos levantados pelas narrativas daquilo que acontece nos limítrofes entre a rua e o CAPS, é com intuito de utilizar os fatos históricos para aturdir essa ideia de progresso que insiste na conclusividade de tudo. Narrar aqui é exercício de produzir aberturas nas histórias hegemônicas que produzem um certo tipo de imagem da cidade do Rio de Janeiro.

O corpo estrangeiro da autora foi um importante instrumento para produzir estranhamentos a medida que, vindo “de outro sonho feliz de cidade”¹⁸, não encontrou nas ruas da cidade de São Sebastião correlato da pureza das imagens no postal ou na televisão. Desembarcou no Aeroporto Santos Dumont há alguns Janeiros atrás e ainda assim não cessa de chegar ao Rio de Janeiro. O personagem Marco Polo, de Ítalo Calvino (2003), para descrever a cidade de Tamara ao seu imperador, conta sobre o processo de chegar e sair dela:

“Caminha-se vários dias entre árvores e pedras. Raramente o olhar se fixa numa coisa, e, quando isso acontece, ela é reconhecida pelo símbolo de alguma outra coisa: a pegada na área indica a passagem de um tigre; o pântano anuncia uma veia de água; a flor do hibisco, o fim do inverno. O resto é mundo e intercambiável- árvores e pedras são apenas aquilo que são.

Finalmente, a viagem conduz à cidade de Tamara. Penetra-se por ruas cheias de placas que pendem das paredes. Os olhos não veem coisas mas figuras de coisas que significam outras coisas: o torquês indica a casa do tiradentes; o jarro, a taberna; as alabardas, o corpo de guarda; a balança, a quitanda. Estátuas e escudos reproduzem imagens de leões, delfins, torres, estrelas: símbolos de que alguma coisa- sabe-se lá o quê- tem como

¹⁸ Trecho retirado da música Sampa. VELOSO, Caetano. **Sampa**. In: VELOSO, Caetano. Muito: dentro da estrela azulada. Rio de Janeiro: Polygram. 1978. CD. Faixa 7

símbolo um leão ou delfim ou estrela. Outros símbolos advertem aquilo que é proibido em algum lugar – entrar na viela com carroças, urinar atrás do quiosque, pescar com vara na ponte- e aquilo que é permitido- dar de beber às zebras, jogar bocha, incinerar o cadáver dos parentes. Na porta dos templos, veem-se as estátuas dos deuses, cada qual representado com seus atributos: a cornucópia, a ampulheta, a medusa, pelos quais os fiéis podem reconhecê-los e dirigir-lhes a oração adequada. Se um edifício não contém nenhuma insígnia ou figura, a sua forma e o lugar que ocupa na organização da cidade bastam para indicar a sua função: o palácio real, a prisão, a casa da moeda, a escola pitagórica, o bordel. Mesmo as mercadorias que os vendedores expõem em suas bancas valem não por si próprias mas como símbolos de outras coisas: a tira bordada para a testa significa elegância; a liteira dourada, poder; os volumes de Averróis, a sabedoria; a pulseira para o tornozelo, a voluptuosidade. O olhar percorre as ruas como se fossem páginas escritas: a cidade diz tudo o que você deve pensar, faz você repetir o discurso, e, enquanto você acredita estar visitando Tamara, não faz nada além de registrar os nomes com os quais ela define a si própria e todas as suas partes.

Como é realmente a cidade sob esse carregado invólucro de símbolos, o que contém e o que esconde, ao se sair de Tamara é impossível saber. Do lado de fora, a terra estende-se vazia até o horizonte, abre-se o céu onde correm nuvens. Nas formas que o acaso e o vento dão às nuvens, o homem se propõe a reconhecer figuras: veleiro, mão, elefante...” (CALVINO, 2003, p. 8-9).

Os símbolos da cidade de Tamara nada devem à metafísica. Não são moradia para mistérios esperando para serem desvelados. Os símbolos de Tamara são vestígios, rastros, pistas que servem como uma infinidade de faróis que nos orientam naquilo que vemos e imaginamos quando dizemos ou não: cidade! Do mesmo modo esta pesquisa não pretendeu escavar histórias com a esperança de encontrar algum sentido secreto de cidade que aí surgiria com o brilho fugaz de alguma novidade. De outro modo, constitui-se como pegada na areia, perecível ao tempo e espaço, que nos faz intuir por onde passaram os tigres; que nos sinaliza proibições ou a chegada do inverno; que nos indica quais e como cultuar deuses em um Rio de Janeiro no caminho de se fazer uma Cidade Olímpica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMARANTE, P. **Saúde mental e atenção psicossocial**. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007. 120 p.

BAPTISTA, L. A. Silêncio e Tempestade no Rio de Janeiro: Insolências da Arte à Cidade. In: **Qualidade do lugar e cultura contemporânea**: modos de ser e habitar as cidades. In: RHEINGANTZ, P. A.; RIBEIRO PEDRO, R. M. L.; SZAPIRO, A. M. (Org.). Qualidade do lugar e cultura contemporânea: modos de ser e habitar as cidades. Porto Alegre: Sulina, 2016. p. 27-48.

_____; RODRIGUES, A. C. Cidades- Imagem: afirmação e enfrentamento às políticas da subjetividade. *Psicologia e Sociedade*, v. 22, n. 3, p. 422- 429. 2010.

_____. **Combates urbanos**: a cidade como território de criação. Palestra proferida no XII Encontro Nacional da ABRAPSO. Porto Alegre, 2003. Disponível em http://www.slab.uff.br/images/Agruivos/textos_sti/Luis%20Antonio%20Baptista/texto96.pdf> Acesso em julho de 2015.

_____. **Walter Benjamin e os Anjos de Copacabana**. Revista Educação Especial: Biblioteca do Professor. n. 7, 2008. Disponível em: <http://www.slab.uff.br/images/Agruivos/textos_sti/Luis%20Antonio%20Baptista/texto93.pdf> acesso em janeiro de 2017.

_____. **A cidade dos sábios**. São Paulo: Summus, 1999. 131 p.

BECHIMOL, J. **Um Haussmann tropical**: a renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Biblioteca Carioca, 1992. V. 11.

BENJAMIN, W. **Magia, Técnica, arte e política**: ensaios sobre a literatura e história da cultura. 3ª edição. Trad. de Sergio Paulo Rouanet. São Paulo: editora brasiliense, 1987. 253 p.

BLANCHOT, M. **O livro por vir**. Trad. De Leyla Perone- Moisés. São Paulo: Martins Fontes, 2005. 385 p.

BRAGA, L. I. **As cidades e o agora**: a catástrofe entre tempos na metrópole carioca. 2015. 106 p. Dissertação (mestrado)- Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói. 2015.

BONDÍA, J. L. **Notas sobre a experiência e o saber de experiência**. *Revista Brasileira de Educação*. Nº 19, pg. 20-28, Jan/Fev/Mar/Abr, 2002.

CALVINO. **As cidades Invisíveis**. São Paulo: Companhia das Letras, 2003. 71p.

DELEUZE, G. **Lógica da Sentido**. Trad. de Luiz Roberto Salinas Fortes. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1974.360 p.

DELEUZE, G.; PARNET, C. Diálogos. Trad. de Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Escuta, 1988. 184 p.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia Vol. 1. Trad. de Aurélio Guerra Neto e Célia Pinto Costa. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1995. 94 p. (coleção TRANS).

_____. Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia Vol. 3. Trad. de Aurélio Guerra Neto et all. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1996. (coleção TRANS).

_____. O que é a filosofia? Trad. de Bento Prado Jr. E Alberto Alonso Munoz. 3ª edição. São Paulo: Editora 34, 2010a. 288 p. (coleção TRANS).

_____. **O anti-Édipo**: capitalismo e esquizofrenia. Trad. de Luiz B. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2010b. 560 p. (coleção TRANS).

ENGEL, M. G. **Os delírios da razão**: médicos, loucos e hospícios (Rio de Janeiro, 1830- 1930). Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2001. 352 p. (Coleção Loucura e Civilização).

FLEURY, S. **Militarização do social como estratégia de integração- o caso da UPP do Santa Marta**. *Sociologias*, Porto Alegre, Ano 14, n. 30, p. 194- 222, mai/ago. 2012.

FOUCAULT, M. **Microfísica do poder**. Trad. por vários. Organização, introdução e revisão técnica: Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1992. 10ª ed. 295 p.

_____. O sujeito e o poder. In: DREYFUS, H.; RABINOW, P. **Michel Foucault**: uma trajetória filosófica para além do estruturalismo e da hermenêutica. Trad. de Vera Porto Carrero. Rio de Janeiro: Forense universitária, 1995. 299 p.

_____. **Em defesa da sociedade**: Curso no Collège de France (1975- 1976). Trad. Maria Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999. 382 p. (Coleção Tópicos).

_____. “Acontecimentalizar”. In: MOTA, M. B. (Org.). **Ditos e Escritos IV**: Estratégia, Poder-Saber. Trad. de Vera Lúcia Avellar Ribeiro. 2ª edição. Rio de Janeiro: Editora Forense Universitária, 2006. 396 p.

_____. **Segurança, Território, População**: curso dado no Collège de France (1977-1978). Trad. de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2008. 572 p.

_____. **História da loucura na Idade clássica.** Trad. José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2012. 551 p.

FRANCO, M. **UPP- A redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro.** 2014. 133 p. Dissertação (mestrado)- Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Turismo, Universidade Federal Fluminense. 2014.

GUATTARI, Félix. **Caosmose:** um novo paradigma estético. Tradução de Ana Lúcia de Oliveira e Lúcia Cláudia Leão. São Paulo: Editora 34, 1992. 203 p. (Coleção TRANS).

HAESBAERT, R. **Viver no limite:** território e multi/ transterritorialidade em tempos de in- segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014. 320 p.

JACQUES, P. B. **Elogio aos errantes.** Salvador: EDUFBA, 2012. 331 p.

MACHADO, R. et al. **Danação da norma:** a medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1978. 559 p.

MIZOGUCHI, D. H. **Segmentariedades:** passagens do Leme ao Pontal. São Paulo: Plêiade, 2009. 170 p.

_____. **Amizades Contemporâneas:** Inconclusas Modulações de Nós. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016. 229 p.

O'DONNELL, J. **De olho na rua:** a cidade de João do Rio. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008. 202 p.

O RIO de Janeiro e seus prefeitos: evolução urbanística da cidade. Prefeitura da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Lidador LTDA, 1977. (Volume 3).

PECHMAN, R. M. Os excluídos da Rua: Ordem Urbana e Cultura Popular. In: BRESCIANI, S. (Org.). **Imagens da cidade:** séculos XIX e XX. São Paulo: Marco Zero, 1994. 190 p.

_____. **Cidades estreitamente vigiadas:** o detetive e o urbanista. Rio de Janeiro: Casa da palavra, 2002.

PÓS 2016 o Rio mais integrado e competitivo: plano estratégico da prefeitura do Rio de Janeiro. 2013- 2016. Disponível em:

http://www.conselhodacidade.com/v3/pdf/planejamento_estrategico_13-16.pdf

Acesso em julho de 2015.

RIO , João do. **A alma encantadora das ruas**: crônicas. São Paulo: Companhia das Letras, 2008. 253 p.

TENÓRIO, F. **A reforma psiquiátrica brasileira, da década de 1980 aos dias atuais**: história e conceito. *História, Ciência, Saúde- Manguinhos*, Rio de Janeiro, v. 9, n. 1, p. 25-59, jan./abr. 2002.

ZOURABICHVILI, F. **Deleuze: uma filosofia do acontecimento**. Trad. de Luiz B.L. Orlandi. São Paulo: Editora 34, 2016. 160 p. (coleção TRANS). 421p.